



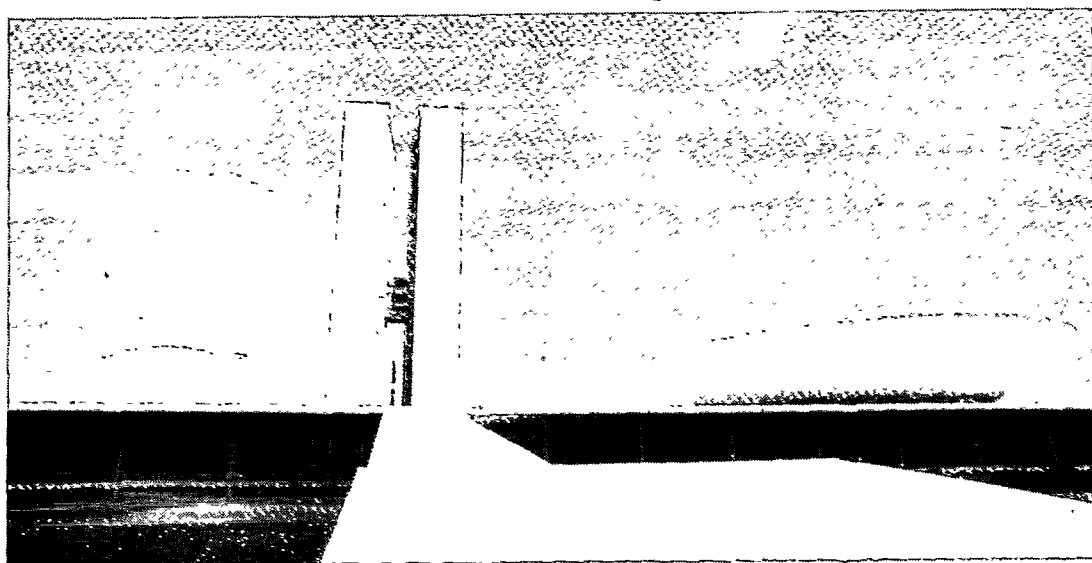
República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII — Nº 159

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1983



CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 392ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PAES DE ANDRADE, como Líder — Homenagem à memória do ex-Senador Teotônio Vilela.

DEPUTADO JOACIL PEREIRA, como Líder — Falecimento do ex-Senador Teotônio Vilela.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Situação deficitária da Guarda Noturna que atende à população de Campinas — SP.

DEPUTADO DÉLIO DOS SANTOS — Documento aprovado pelo Conselho Diretor do Clube de

Engenharia do Rio de Janeiro, intitulado — O Clube de Engenharia e a Crise Brasileira: Mudanças Necessárias.

DEPUTADO ORESTES MUNIZ — Apelo ao Ministro da Previdência e Assistência Social, relativamente à situação em que se encontra o Hospital do Estado de Rondônia.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — Falecimento do ex-Senador Teotônio Vilela. Discurso proferido por Dom Avelar Brandão Vilela, por ocasião de sua estada no Centro de Treinamento de Líderes em Salvador — BA.

DEPUTADA IRMA PASSONI, como Líder — Entrevista concedida à revista *Senhor*, pelo Economista Antônio Barros de Castro.

DEPUTADO DIONÍSIO HAGE — Lançamento do livro de autoria

do escritor Valmiki Mendonça, intitulado — Tapanã, a Hospedaria do Diabo.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Falecimento do ex-Senador Teotônio Vilela. Considerações sobre o aumento do funcionalismo público federal.

DEPUTADO CARDOSO ALVES — Homenagem póstuma ao ex-Senador Teotônio Vilela.

DEPUTADO CUNHA BUENO — Desatenção que estaria havendo por parte do Governo do Estado de São Paulo, com o Município de Bofete. Falecimento do jornalista José Lucente. Programa "Hora do Pensamento Social Cristão", apresentado pelo radialista Manoel Vitor. Solicitação ao Ministro Jarbas Passarinho, no sentido de manter em funcionamento o posto do INPS na cidade paulista de Palmi-

Ata da 392ª Sessão Conjunta, em 29 de novembro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Gastão Müller.

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Mário Maia — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castello — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Carlos Alberto — Dinarte Mariz — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenor Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Alufzio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randalfo Bittencourt — PMDB; Valdo Frota — PDS

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00
 Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

tal. O Nordeste como fonte de turismo.

**DEPUTADO MILTON BRAN-
DÃO** — A seca do Nordeste.

**DEPUTADO EDUARDO GA-
LIL** — Considerações sobre as eleições diretas para a Presidência da República.

DEPUTADO JOACIL PEREIRA — Matéria publicada no jornal *Correio Brasileiro*, intitulada — Euclides de Figueiredo, textos inéditos.

**DEPUTADO HÉLIO MA-
NHÃES** — Considerações ao discurso proferido pelo Sr. Eduardo Galil na presente sessão.

**1.2.2 — Comunicações das Lide-
ranças do PDS e do PMDB no Se-
nado Federal**

— De substituições de membros em comissão mista.

**1.2.3 — Comunicação da Lide-
rança do PMDB na Câmara dos De-
putados**

— De substituição de membro em comissão mista

**1.2.4 — Comunicação da Presi-
dência**

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa

1.3 — ORDEM DO DIA

Redação final do Projeto de Lei nº 7, de 1983-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1984/1986. **Aprovada.** A sanção

— Redação final do Projeto de Lei nº 8, de 1983-CN, que estima a

Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1984 **Aprovada.** A sanção.

— Requerimento nº 27/83-CN, pelo qual o Sr. Deputado Elquison Soares solicita a anexação da Proposta de Emenda à Constituição nº 31/83, à de nº 7/83, por tratarem de matéria semelhante. **Votação adiada** por falta de **quorum**, após usar da palavra o Sr. Joacil Pereira.

14 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 393ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE NO-
VEMBRO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Solidariedade ao Dr. Albert Sabin, em face do estado parafítico em que se encontra. Artigo publicado pelo *Jornal do Brasil*, intitulado *Trabalhar com a didática da escassez*, de autoria do Professor José Aristodemo Pinotti.

**DEPUTADO VICTOR FAC-
CIONI** — Inauguração, em Caxias do Sul — RS, das três portas de bronze da Igreja São Pelegrino.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Homenagem à memória do ex-Senador Teotônio Vilela.

**DEPUTADO JACKSON BAR-
RETO** — Necrológio do ex-Senador Teotônio Vilela.

DEPUTADO DIONÍSIO HAGE — Apreensão dos industriais do ferro do Estado do Pará, em consequência de recentes modificações introduzidas pela SIDERBRAS

nos critérios de faturamento de seus produtos para as empresas do Norte do País.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Manifesto lançado no Estado de São Paulo, pelos Governadores oposicionistas e líderes sindicais, em favor das eleições diretas para Presidente da República.

**DEPUTADO GILTON GAR-
CIA** — Manifestação de pesar pelo falecimento do ex-Senador Teotônio Vilela

DEPUTADO JOSÉ FREJAT — Análise sobre a situação do PDT no Estado do Rio de Janeiro, contida em correspondência enviada pelo Deputado Sebastião Nery, aos membros da Comissão Executiva do Diretório Regional do Partido Democrático Trabalhista, naquele Estado.

2.3 — ORDEM DO DIA

Mensagem Presidencial nº 126/83-CN (nº 348/83, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.061, que dispõe sobre alienação de mercadorias sujeitas à pena de perdimento, em especial nos casos de calamidade pública, e dá outras providências **Aprovado** o Decreto-lei nº 2.061, nos termos do Projeto de Decreto legislativo nº 108/83-CN, constante do parecer oral proferido pelo Sr. Gilton Garcia. **A promulgação.**

Mensagem Presidencial nº 127/83-CN (nº 369/83, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.062, de 4 de outubro de 1983, que autoriza a dispensa de obrigações tributárias

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edisson Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Pedro Novais — PMDB; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Arape — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB;

acessórias, consideradas desnecessárias ao interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos federais. **Aprovado** o Decreto-lei nº 2.062, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 109/83-CN, constante do parecer oral proferido pelo Deputado Gilton Garcia. À **promulgação**.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 35 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 394ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1983

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Protesto da Associação de Exportadores Brasileiros contra a possível aprovação, pela SUNAMAM, de aumentos gerais de fretes de exportação.

DEPUTADO MÁRCIO BRAGA — Restabelecimento das eleições diretas para Prefeitos das

Capitais e dos Municípios considerados áreas de interesse da segurança nacional.

3.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.2.3 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Hélio Manhães e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.3 — ENCERRAMENTO

PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Romburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Chedde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novais — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Arol-

Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Fer-

reira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Cleimir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Acácio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista —

do Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hêlio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB, Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balhazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Flonceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Facchin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — As listas de presença acusam o comparecimento de 56 Srs. Senadores e 467 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELOS — Sr. Presidente, solicito, como Líder em exercício do PMDB, que V. Exa., nos termos regimentais, conceda a palavra ao Deputado Paes de Andrade para falar, como Líder do meu partido, em homenagem ao Senador do Brasil Teotônio Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Pois não. Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Deputado Paes de Andrade, Líder do PMDB.

O SR. PAES DE ANDRADE (PMDB-CE — Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o País se debruça hoje sobre a memória de Teotônio Vilela, como de um dos trechos mais dramáticos da vida nacional.

Idealista puro, romântico, Teotônio Vilela comoveu o Brasil inteiro na sua peregrinação cívica. Gastou a vida, como um meteoro gasta seu clarão, riscando de luz os es-

paços escuros da longa noite de violência que envolveu este País. Gastou a vida, sim, no extremo esforço do espírito e da matéria.

Na campanha em que nos empenhamos — os militantes da Oposição — para romper o cerco de ferro imposto à Nação pela ditadura, ele foi, sem dúvida, o maior e melhor de todos.

A liderança popular que exerceu continuará viva e intacta no coração do povo. Marcado pela vocação de servir ao País, na luta contra a violência, sua postura, altiva e vertical, foi sempre de desprezo e de horror à opressão.

O Senador alagoano de quem ontem nos despedimos trouxe à vida pública aquelas mesmas dimensões de grandeza a que nos habituou o seu pequeno e glorioso Estado das Alagoas.

Recortavam-se em seu perfil as linhas da vocação de estadista do Visconde de Sinimbu, o extraordinário parlamentar e Ministro do Império que levantou contra o abuso centralizador do regime unitário, plantando a semente do princípio federativo sobre o qual se fundaria a República.

Repetia-se, também, em Teotônio Vilela a preocupação de outro dos maiores parlamentares de todos os tempos — o alagoano Tavares Bastos — intelectual voltado para a coisa pública e um dos primeiros a inventariar os grandes problemas brasileiros, armando as equações culturais e políticas para incorporação de todas as regiões à Pátria comum. O Senador Teotônio Vilela foi um homem assim.

Descendente da mesma linhagem política de Sinimbu e de Tavares Bastos, foi, como eles, um fazedor de Pátria. "Fazer Pátria", foi a consigna que ele mesmo cunhou, nos últimos tempos de sua vida, quando, já ferido pela enfermidade que o alcançara, se entregou a uma infatigável e comovedora peregrinação por todos os recantos do País.

O Brasil ouviu sua voz e contemplou seu rosto, mais atormentado pelos males do regime que devoravam nossa honra de povo que pelos males da doença fatal que lhe consumia os dias de vida.

Como homem do Nordeste, é para mim uma honra e um exemplo evocar aquela voz, marcada pelo puro falar de nossa gente, e aquele rosto viril, talhado à feição de nossa raça cabocla, cavalheiresca e firme.

O Senador Teotônio Vilela era, por sua origem familiar, um daqueles autênticos homens rurais de nossa região, da estirpe que nos deu um Joaquim Nabuco e da qual vieram da Bahia ao Maranhão às lideranças nordestinas, responsáveis pelas páginas melhores da nossa história democrática e de nossa soberania.

Essas lideranças construíram os lances da guerra holandesa, da revolução praieira, das cabanagens, da insurreição da Sabinada e das rebeliões de 1817 e 1824, que se levantaram contra a tirania na defesa da pureza republicana.

Teotônio Vilela tomou também o caminho de todos esses precursores, abraçando as causas populares. O Brasil tem uma dívida irredimível para com o maior Senador da República. Pois ele queimou a própria vida nas duras contendas cívicas deste País, na luta aberta e incessante que travou para restaurar a Federação, as práticas democráticas, para, enfim, libertar o País da sujeição política e econômica que mutila e compromete a nossa soberania. No seu apostolado cívico, entendia Teotônio Vilela que "não há causa tão grande e tão gloriosa como a defesa da liberdade. Por ela devemos tudo arriscar, ela nos merece o sacrifício do bem mais precioso: a vida".

Na sua ira sagrada, advertia que era imperioso restituir à Nação, enquanto é tempo, o estado de direito que só existe e só prospera sob o império da lei e sob a égide de uma constituição, estabelecida pelos representantes da vontade popular. Gostem ou não os que se arvoram em donos deste País, a moral, a História e Direito estão aí para dizer que todo poder emana do povo e só em seu

nome pode ser exercido. Esta a sua pregação obstinada, permanente, que tocou a alma da nacionalidade e despertou as forças vivas do País, que aí estão reclamando o restabelecimento da soberania popular, fonte legítima do poder, base de sustentação dos governos.

Até a agonia final, no seu mundo interior, rico e iluminado, estremeciam a idéia da luta, os sentimentos da resistência democrática. Quantos ouviram — e muitos devem ter ouvido — Teotônio repetir baixinho, na voz cansada, a mensagem derradeira:

"As ditaduras são acidentes efêmeros no itinerário dos povos; só as conquistas do progresso político e da liberdade são definitivas, imprescritíveis e eternas."

Apóstolo da liberdade, teotônio Vilela deixou um rastro de luz. Sobre ele caminharemos até o dia da alvorada democrática sonhada pelo Senador do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, só há uma forma de sermos dignos de sua memória que a História guarda, e preserva e enaltece. Sustentar a bandeira que ele nunca deixou cair de suas mãos até a morte, a bandeira da democracia e da liberdade.

Ao fecho desta página de saudade, que, na expressão do poeta é a presença dos ausentes, é asa de dor no pensamento, quero deixar aqui, neste plenário, a oração de Rui Barbosa, que faz parte do relicário cívico da honra da Nação e é um exemplo deixado de Teotônio Vilela:

"Ensinei com exemplo e com a doutrina, mas ainda mais com o exemplo do que com a doutrina, as normas e o uso da resistência constitucional, o culto da legalidade, o desprezo e horror da opressão, a eficiência da Justiça, o exercício e o valor do direito e da liberdade." (Palmas.)

O Sr. Joacil Pereira — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Tem a palavra, como Líder, o nobre Deputado Joacil Pereira.

O SR. JOACIL PEREIRA (PDS — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Câmara já prestou, ontem, uma homenagem das mais significativas ao eminente alagoano desaparecido e ex-Senador da República, Teotônio Vilela. Mas eis que, de repente, como se não bastasse, como se fosse realmente insuficiente, o Líder do PMDB usa regimentalmente do tempo que se lhe confere para prestar aqui e agora um preito de saudade àquele grande brasileiro. Em sendo assim, impõe-se que também a palavra da Liderança do PDS, modestamente embora, por meu intermédio, se faça ouvir, solidarizando-se com esse tributo, que é o tributo realmente de todas as almas bem intencionadas neste País.

Teotônio Vilela nasceu em 28 de maio de 1917, no Engenho Mata Grande, no Município de Viçosa, Estado de Alagoas. Era filho de Elias Brandão Vilela e de Isabel Brandão Vilela, o quarto, aliás, dentre 10 filhos desse casal. Sempre entendi que o homem nasce com uma missão que lhe é conferida por Deus. Não sou fatalista, mas aceito o destino dos homens dentro das causas humanas. Teotônio Vilela foi predestinado pelo céu à sua vocação. Por isso é que nele tivemos esse pregoeiro da democracia, da liberdade e da justiça. Fez suas primeiras letras junto ao regaço materno e, em seguida, cursou Humanidades no Liceu de Maceió. Não chegou a titular-se por nenhuma universidade, por nenhuma escola superior. Sua inclinação natural era para a carreira das Armas, porque pensava em ser aviador.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, se não há uma simbologia nisso, nessa inclinação natural que despontava naquele jovem, para ser aviador e dominar as alturas, voar como as águias, como os condores. Mas era, por natureza, um rebelde, no bom sentido, um in-

submisso, um homem que não se sujeitava a canga de qualquer espécie, a tiranias de qualquer natureza. E o que houve? Deixou de ser militar e aviador. Porque esperou, durante diversas horas, ao sol quente, vestido à paisana, como civil, até que fosse porventura chamado. Rebelou-se, discutiu com um oficial e foi mandado embora. Depois, seu pai dissera que ele tinha de cuidar dos negócios da sua fazenda. Já que não ia estudar, teria de ser vaqueiro. Foi bom que assim acontecesse, porque ele foi conviver com o homem do Nordeste, homem corajoso e bravo, homem que, como diz Olegário Mariano, em versos notáveis e inspirados, "conhece o Brasil intrépido das vaquejadas, que nos grotões em cólera explode; é o Brasil que chora na voz do aboio nas quebradas e dança na espiral do laço que sacode." Fez um aprendizado das durezas da vida e tornou-se rijo para bom combate, sendo mais tarde chamado para as grandes lutas pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas. Esse destino, ele o trouxe consigo: o de galgar as alturas. E se não foi para o céu, a voar pelos espaços do Brasil, praticou um constante alpinismo moral, viveu subindo, viveu olhando para cima. Dele se podia divergir, mas nunca dizer que lhe faltava idealismo no coração, esse coração tão grande e generoso, que, ao mesmo tempo em que pulsava com fê e patriotismo, nas batalhas do homem aguerrido, tinha mansidão para com os necessitados e os sofridos. Foi assim que, quando o ex-Presidente Geisel lhe dissera que ia promover a distensão democrática, ele se entusiasmou tanto, na plenitude do seu idealismo, que avançou demais; e avançou tanto que deixou o partido a que pertencia para se tornar um destemido guerreiro da plenitude da restauração democrática. Foi para a Oposição, mas nunca perdeu o respeito dos seus antigos companheiros. E ninguém divisa nas suas atividades e nos seus gestos de rebeldia e de coragem um laivo sequer de subserviência ou de submissão.

Por isso mesmo é que estou aqui, neste improviso mal alinhavado, para dizer com todo o meu coração, com toda a força do meu entendimento e da minha consciência, com toda a pureza da minha alma, que nos devemos curvar, genuflexos, nesta homenagem que a Câmara hoje vem novamente prestar ao grande alagoano, ao homem da terra dos marechais, que foi o generalíssimo da restauração democrática no Brasil. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, infelizmente, a escalada da insegurança e violência em nosso meio é um fato. Em muitos países, o quadro modificou-se após as próprias vítimas se unirem em associações de vítimas.

Em Campinas, Estado de São Paulo, existe um serviço exemplar de Guarda Noturna que atende cerca de trezentas mil pessoas, evitando, desta forma, futuras associações.

Guilherme Campos, Presidente da ACIC — Associação Comercial e Industrial de Campinas — encabeça este louvável trabalho junto à Guarda Noturna.

Porém, está ocorrendo uma defasagem entre o serviço prestado e o serviço remunerado, tornando a Guarda Noturna deficitária. Há urgente necessidade de um considerável aumento de sócios, para evitar pesado ônus atuais, que somam apenas 7.800 pessoas.

Todas as noites, 118 viaturas percorrem 105 setores da cidade, evitando assaltos, prestando socorro médico, fazendo serviço de emergência com suas ambulâncias e mesmo indo à farmácia comprar medicamentos para algum doente. Este serviço é prestado indistintamente a sócios e não-sócios, sendo que somente 10% dos beneficiados são associados.

As despesas com cada viatura montam a cerca de 850 mil cruzeiros mensais, e, em geral, a contribuição dos associados não chega a 60% da despesa total, que perfaz 70

milhões de cruzeiros. Contando com os 7.800 sócios, mesmo com um aumento de 50% nas mensalidades, a receita média não chegaria a 52 milhões e acarretaria enorme sobrecarga aos beneficiários.

Guilherme Campos, no comando da operação, visualiza duas soluções: o aumento de sócio e a atualização dos serviços pelas empresas que necessitam de segurança. Desta forma, a receita gerada nas empresas será repassada para o patrulhamento de rua, aumentando a segurança da cidade.

Ainda, segundo o Presidente da ACIC, "a Guarda Noturna tem estrutura capaz de superar todas as empresas particulares de segurança industrial instaladas ou prestando serviços na cidade. Os guardas noturnos estão sujeitos a uma rígida disciplina, recebem treinamento especial e são servidos com sofisticados equipamentos de apoio, comunicação e socorro de emergência."

Como a referida entidade não visa a lucros, reverterá toda a arrecadação em melhores equipamentos e aprimoramento do serviço de segurança.

Ante o exposto, podemos concluir que a Guarda Noturna merece todo o apoio da comunidade Campineira, que em troca dos serviços prestados por esta excelente equipe terá uma cidade muito mais tranquila e segura.

Era o que tinha a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Délio dos Santos.

O SR. DÉLIO DOS SANTOS (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Senadores e Srs. Deputados, o Conselho Diretor do Clube de Engenharia da cidade do Rio de Janeiro, em sua reunião extraordinária realizada em 31-10-83, aprovou o Documento "O Clube de Engenharia e a Crise Brasileira. Mudanças Necessárias", nos seguintes termos:

"O Clube de Engenharia, com sua credencial de mais de 100 anos de atuação em defesa das grandes causas nacionais, manifesta a sua inconformidade com a situação atual do País e defende o seu direito de contribuir na formulação e implantação de diretrizes capazes de superar o quadro recessivo que aflige o País e o nosso povo.

No exercício deste dever, proclama e manifesta à Nação:

I — O SISTEMA PRODUTIVO E A ENGENHARIA NACIONAL

A crise atual não teve sua origem no sistema produtivo, que sempre respondeu à altura da demanda, evitando desequilíbrios econômicos, devido à escassez de oferta.

O sistema produtivo industrial ou agrícola, privado ou estatal, realizou obras, atendeu ao mercado interno e produziu excedentes exportáveis, durante o período de máximo crescimento da economia, sob nível tolerável de inflação e remuneração salarial crescente.

A crise engendrou-se no regime autoritário, possibilitando ao sistema de poder privilegiar principalmente grupos financeiros e isoladamente assumir, sem consulta à Nação, decisões sobre a conveniência e as prioridades a serem adotadas.

Urge agora evitar uma deterioração do sistema produtivo, apoiando-o através de uma política global em consonância com os reais interesses da sociedade brasileira.

O ataque indiscriminado às obras, em cujo processo decisório de realização a nossa engenharia ficou à parte, vem atingindo a Engenharia Nacional.

O desestímulo à pesquisa subutiliza cientistas de renome internacional e deixa ociosos equipamentos de alto valor, contribuindo para enfraquecer instituições de reconhecida competência. O País, para ser construído, exige continuidade de obras e de pesquisas efetivamente necessárias e socialmente prioritárias.

A política recessiva vem contribuindo para o enfraquecimento progressivo das empresas nacionais de engenharia nos setores de consultoria e projetos, montagem e construção, através do desemprego crescente de seu pessoal e da sua descapitalização, a níveis intoleráveis.

Somente na área de engenharia industrial e construção pesada, ocorreu uma redução, entre outubro de 82 e agosto de 83, de 53.000 empregos, conforme pesquisa realizada pela ABEMI entre 62 empresas.

Tendo em vista o caráter estratégico dessas empresas reclamamos uma política justa para os diversos setores da engenharia, visando: reserva de mercado que começa com a contratação, pelo Estado, somente de empresas nacionais, respeitada a legislação vigente; pagamento pontual dos serviços realizados; participação direta em novos planejamentos setoriais; contratação de projetos e obras nas áreas prioritárias; proibição da compra de "pacotes"; estímulo concreto, econômico e financeiro, à exportação de serviços de engenharia; desenvolvimento da tecnologia.

O País precisará, na retomada do desenvolvimento, de estruturas de engenharia e de pesquisa capazes de enfrentar os desafios técnicos para continuar avançando na conquista de sua autonomia tecnológica.

2 — POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E DE DESENVOLVIMENTO

A política econômico-financeira do Governo tem se restringido apenas ao pagamento da dívida externa, de modo indiscriminado.

Grande parte dessa dívida externa originou-se da queda do preço de nossos produtos de exportação no mercado internacional, do aumento dos juros nos mercados financeiros externos, de altas no preço do petróleo, no próprio processo de rolagem da dívida e na aplicação de recursos em obras não planejadas adequadamente.

A dívida interna expandiu-se com o lançamento desordenado de títulos governamentais, destinados a sustentar o déficit público. Isto deflagrou um processo de elevação incontrolável das taxas de juros, acelerou a inflação e levou o País à estagnação.

É indispensável retomar o crescimento econômico, buscando: o uso intensivo de mão de obra; a atividade plena do parque industrial; a produção de alimentos; a exploração de nossos recursos minerais e energéticos; o incentivo à pesquisa; a criação de tecnologias próprias e, em especial, a melhoria da qualidade de vida da população, proporcionando-lhe educação, saúde, habitação, saneamento básico e preservação do meio ambiente.

A carência atual só poderá ser superada quando o País conseguir gerar riquezas através da mobilização de seu potencial produtivo e do trabalho de todos, e para isso os investimentos não podem ser reduzidos.

É urgente que se restaure a confiança na democracia e no planejamento, como os melhores instrumentos para definir rumos e coordenar recursos, visando otimizar resultados.

É inadmissível a prática de um planejamento democrático, com consulta e amplo conhecimento da Nação.

As discussões de renegociação da dívida externa com a comunidade financeira, co-responsável pelo nosso endividamento, devem buscar a preservação da soberania nacional, o alívio das tensões sociais internas, a eliminação do desemprego e o retorno aos parâmetros econômicos de renda e produção que já havíamos atingido. Isto implica que esta renegociação contemple taxas de juros mais baixas e dilatação dos prazos de carência e de amortização.

É indispensável controlar o déficit público, através de um orçamento único, discutido e decidido pelo Congresso Nacional, no qual os subsídios necessários para a correção de desequilíbrios restrinjam-se a uma parcela justa deste orçamento.

É preciso descentralizar os tributos, através de uma reforma fiscal que devolva os recursos próprios aos Municípios e aos Estados. Esta reforma deverá, também, redistribuir a carga fiscal, concentrando-a mais sobre os ganhos de capital oriundos de aplicações não produtivas e sobre os contribuintes de maior renda, eliminando os tributos indiretos sobre os alimentos e bens de consumo popular.

3 — POLÍTICA SALARIAL E TRABALHISTA

Não é admissível concentrar apenas nos assalariados os sacrifícios do combate à inflação e do pagamento das dívidas do País, castigando-os também com o desemprego e a miséria.

A solução dos problemas econômicos deve resultar numa distribuição da renda mais justa e, também, sustar a erosão do poder aquisitivo das classes trabalhadoras.

Que sejam fortalecidos os sindicatos, desvinculando-os da tutela do Ministério do Trabalho, e aperfeiçoada a lei de greve.

4 — PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA

A sociedade deseja que, sob seu controle, haja a participação do Estado na economia. Contudo, é necessário fixar democraticamente os objetivos dessa atuação e delinear as políticas que a atividade estatal deverá seguir. As empresas estatais deverão atuar seguindo a legislação estabelecida para as empresas privadas, em todos os campos, do tributário e comercial ao social e trabalhista.

Nesta tomada de rumos, defendemos contra seus agressores e também contra os desmandos do Estado, as empresas de economia mista e os bancos estatais, que promoveram a participação brasileira em setores onde a dimensão do risco ou a carência de recursos financeiros não davam lugar à atuação do setor privado nacional. Reclamamos também níveis adequados de tarifas, a preservação da capacidade de investimentos e a liberdade para a aplicação de recursos gerados pelas empresas de economia mista, tendo como controle o Poder Legislativo.

As despesas com entidades oriundas de repartições públicas, que embora denominadas empresas e fundações devem pertencer à administração direta do Estado, não podem ser usadas como padrão para medir a eficiência da atividade estatal pois, na verdade, se constituem em obrigações que o Estado deve ter com a sociedade.

5 — PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA

O momento convoca todos os brasileiros à retomada do diálogo nacional em todos os níveis, para que trabalhadores, empresários, funcionários e todo o povo tenham seus principais anseios atendidos. O momento convoca-nos para um debate onde sejam estabelecidos, conjuntamente, os novos caminhos que a Nação deverá tomar, no limiar do século XXI.

É necessária a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita, para que uma nova Carta Magna, amplamente debatida atenda aos reclamos de toda sociedade.

É indispensável o restabelecimento de eleições diretas em todos os níveis — dos Prefeitos das Capitais e dos Municípios, ditos de segurança nacional, ao Presidente da República —, como forma de garantir, ao próximo Governo, condições de legitimidade para promover a superação da crise atual.

Confiamos que, através da democracia, o povo brasileiro influirá no sentido de que a Nação, sobre-

ranamente, possa usar todas as suas potencialidades para assegurar ao País o desenvolvimento econômico com justiça social."

Trata-se de um documento de suma importância, pois define o posicionamento do Clube de Engenharia diante da atual crise brasileira, que está a reclamar de todos nós clareza e objetividade, sob pena de sermos omissos ou cúmplices do sistema vigente no País.

Tive a honra de receber do Dr. Matheus Schneider, Presidente do Clube de Engenharia, ofício no qual solicita divulgação da posição tomada pelos Conselheiros deste órgão representativo da engenharia nacional.

A análise da realidade e as sugestões apresentadas estão de acordo com o parecer que emiti, como membro da Comissão Mista que apreciou o Decreto-Lei nº 2.065, de 1983.

Como se vê, Srs. Congressistas, a sociedade civil está unida contra a política econômico-financeira do Sr. Delfim Netto e exige a mudança desse modelo econômico, bem como o restabelecimento de todas as franquias democráticas.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Tem a palavra o Sr. Deputado Orestes Muniz.

O SR. ORESTES MUNIZ (PMDB — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, infelizmente, tenho de vir à tribuna desta Casa do Congresso, para denunciar o problema da saúde na região Norte, e em especial no Estado de Rondônia. Há questão de um mês, denunciei aqui a situação dos hospitais de Rondônia, que firmaram convênio com a Previdência Social e não vêm dando a devida assistência ao povo.

Sr. Presidente, no mês de maio, o Deputado Gerzi Badocha, em visita à cidade de Guajará-Mirim, teve oportunidade de visitar o hospital regional, que é mantido pelo Governo, e, segundo seu próprio depoimento na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, constatou que ali faltavam remédios, gases, alimentos. Isso equivale a dizer que os doentes internados no hospital de Guajará-Mirim estavam até sem alimentação e sem as mínimas condições de assistência.

Senhor Presidente, decorridos seis meses depois dessa denúncia do Deputado Estadual Gerzi Badocha, a situação, ao invés de melhorar, piorou. E acabo de receber novas denúncias, não só do Município de Guajará-Mirim, como dos Municípios de Ji-Paraná, Jarú, Ariquenes e vários outros do Estado de Rondônia, que os doentes internados não estão nem se alimentando, por faltar aos hospitais o dinheiro para comprar sequer comida. Doentes já ficaram ali internados mais de uma semana sem receberem alimentação. Doentes com necessidade de tratamento especializado deixam de ser transportados para fora. Cidadãos vêm seus filhos e suas esposas perecerem nos hospitais, sem assistência.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, isto é da mais alta gravidade. Por isso, faço um apelo a S. Ex.^a, o Ministro da Saúde e a S. Ex.^a, o Ministro da Previdência Social, responsáveis pela saúde em todo o País, para que se voltem para a situação dos hospitais e dos doentes de Rondônia. Cabe ainda responsabilidade maior ao Ministério da Previdência Social, quando sabemos que, em Rondônia, a Previdência Social arrecada mais de 900 milhões de cruzeiros, dos quais retorna apenas 30 milhões em assistência aos doentes. Se providências urgentes não forem tomadas, essas autoridades, no futuro, poderão ser responsabilizadas pelo que acontece a esses doentes, pelas mortes ocorridas naqueles hospitais, por falta de assistência.

Por isso, chamo mais uma vez a atenção das pessoas responsáveis, para que tomem urgentes providências. Sr. Presidente, não me calarei. Se a situação não melhorar, em breve estarei novamente nesta tribuna, para denunciar a falta de assistência à população de Rondônia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso) — O coração de Teotônio parou de bater. Com a inércia do músculo da vida, calou-se a voz de um menestrel. Uma voz que sempre soube alçar-se acima dos partidos, mais alto que as diferenças políticas.

Meses antes de morrer, o canto do cisne do Menestrel foi o Projeto Emergência, denunciando uma crise social, política e econômica de enormes proporções e consequências imprevisíveis. De dentro dos estertores da morte, o Menestrel soube elevar seu canto, (um triste canto, é verdade), conclamando os homens a preservarem a soberania da Nação, a dignidade do ser humano e as riquezas do País.

A voz do menestrel não parou nesse grito de alerta. Ela mostrou o festival de dívidas em que se atolara o País: as dívidas externa e interna e, além delas, as dívidas social e política.

Mas na tarde de domingo a voz do Menestrel das Alagoas parou de cantar. É preciso que o eco dessa voz repercuta pelo Brasil inteiro, de quebrada em quebrada, na voz dos que ficaram. É preciso que a imensa platéia do Menestrel, num coro uníssono, grite para o mundo as notas do seu canto, gritando pela moratória, mostrando a forma de aplicar os recursos das ORTNs e das LTNs.

Outros menestrelis deverão ir surgindo, em defesa dos que não têm voz, depois que essa voz se calou. Uma voz que peça mais justos salários. Uma voz que reclame terra e trabalho para todos. Precisa que a voz do menestrel se encarne na voz dos que comungam de seus ideais, gritando — num verdadeiro estertor por condições mínimas de alimentação, saúde e escola.

A voz do menestrel deve continuar cantando as elegias dos pobres, gritando por uma lei salarial que não agrida ainda mais a fome dos menos favorecidos. Alguém deve empunhar as armas da paz do menestrel, pedindo o fim da recessão e o dealbar de uma política de emprego, menos recessiva e menos suicida. Alguém deve levantar-se desse letargo em que o País mergulhou para continuar a cruzada do menestrel, pedindo o fim do autoritarismo e a reforma de suas leis macabras e impostas.

Precisa que a voz do menestrel não seja apenas uma semente jogada no pedregulho ou uma voz estrebuchante a ressoar num deserto de consciências embotadas. Que o sacrifício do menestrel seja a semente que, lançada na fertilidade deste solo e na potencialidade dessa terra, soerga o País.

O Brasil está de luto. Os canaviais de Alagoas não farfalham. Os pássaros dessas matas estão mudos com certeza. E as duas grandes lagoas parecem rezar uma missa de réquiem pela perda do seu grande filho, o Menestrel das Alagoas, que, depois de morto, parece maior do que vivo.

Sr. Presidente, juntamente com o Pe. Arnóbio Patrício de Melo, Líder do PMDB na Câmara de Vereadores de Aracaju, com Ovídio Teixeira, com o Deputado Estadual Laonte Gama, representando a Assembleia Legislativa de Sergipe, lá estive para as exéquias e as homenagens ao grande brasileiro Teotônio Brandão Vilela, que começam a se ampliar pelo Brasil agora.

Mas neste instante, Sr. Presidente, desejo também inserir no meu pronunciamento a palavra dessa figura do Episcopado brasileiro, desse irmão de Teotônio Brandão Vilela, Dom Avelar Brandão Vilela, o Primaz Cardeal de todos os brasileiros, exatamente dentro do mesmo tema e dentro da mesma filosofia que preocupou Teotônio nos últimos momentos de sua vida e nessa grande caminhada que empreendeu procurando levar os jovens e a Nação brasileira a adquirirem consciência da gravidade do momento que vivemos.

Foi Dom Avelar Brandão quem escreveu estas palavras, quando, no Centro de Treinamento de Líderes, em

Itapuã, Salvador, descansava de uma cirurgia grave a que se havia submetido:

“Este problema de FMI, dívida externa, empréstimos internacionais, cartas de intenção, viagens ministeriais e declarações de autoridades econômicas e financeiras, nacionais e estrangeiras, já está me criando um terrível complexo de inferioridade.

Esses senhores deviam ser impedidos de falar nas televisões, para não aumentarem a vergonha dos brasileiros.

Mesmo para quem não entende da matéria, salta aos olhos a insegurança e quase ia dizendo incompetência desses nossos representantes do Brasil.

Faz pena vê-los espremidos pelos repórteres, dizerem afirmações incríveis, contraditórias, reveladoras de acentuada ignorância dos verdadeiros algarismos dos nossos débitos.

Em Paris, nos Estados Unidos, em Londres ou qualquer outra localidade do mundo, deixam-nos a impressão de bisonhos mendicantes que inclusive precisam receber dos credores as reais cifras de nossas contas, de nossos inumeráveis compromissos.

Assim também já é demais.

E eu que nada entendo desses problemas, mas que sinto na pele o fervilhar da dignidade nacional, já estou ficando em estado de alergia quando essas figuras históricas passam a desfilar diante dos microfones e dos cofres internacionais.

Pelo amor de Deus, sejamos poupados desse bárbaro sofrimento moral!

Até quando (*quousque tandem...*) estaremos submetidos a esta espécie de suplício?

Jamais imaginei que o Brasil, apontado como país da esperança, tão rico potencialmente, pudesse ser assim submetido a tamanha humilhação!

Não falo, aqui, como um pessimista ou um incrédulo. Absolutamente não.

Amo realmente o meu Brasil. Acredito no futuro, certo de que, apesar de tudo, ressurgirá das cinzas.

Mas teremos de fazer um sério e profundo exame de consciência, acompanhado, é claro, de um solene **mea culpa**, para então recomeçarmos a batalha cívica de nossa redenção, com humildade, responsabilidade e confiança.

Este é um desabafo que vinha contendo até o momento em que senti a necessidade psicológica de soltá-lo aos quatro ventos do território pátrio.

Tudo em clima de família, como palavra de estímulo, na verdade e na caridade, a quantos se empenham, no Governo ou fora dele, em prol dos grandes interesses nacionais.

Agora, sinto-me bem mais aliviado, como quem abriu claramente o coração, sem azedume mas com sinceridade plena e sem reservas.

Senhor, o amor à pátria, vós mesmos o plantastes no coração de todos os homens! É nobre, belo, grandioso!

Dai-nos a capacidade de respeitá-lo, engrandecê-lo, dignificá-lo!”

Palavras de Dom Avelar Brandão Vilela, Cardeal da Bahia, Primaz do Brasil e de todos os brasileiros, as quais ao registrar nos Anais do Congresso Nacional, eu o faço na certeza de que S. Ex.^a Revm.^a haverá de dar continuidade, na sua missão evangélica, a tudo aquilo que, na visão cívica de Teotônio Vilela, todos nós nos acostumamos a ver e ouvir à defesa da liberdade e dos princípios democráticos no torrão brasileiro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Tem a palavra como Líder, a nobre Deputada Irma Passoni.

A SR.^a IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Partido dos Trabalhadores registra, mais uma vez, sua homena-

gem a Teotônio Vilela, porque acreditamos que temos de continuar lutando para que se efetivem as idéias que ele defendeu. A grande luta de Teotônio Vilela, por eleições diretas, pela declaração da moratória e contra as medidas de emergência, devem constar da pauta da nossa vida, pois não adianta prestarmos homenagens através de palavras, apenas, se, na prática, este Congresso Nacional não luta para realizar os seus anseios.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero registrar a entrevista concedida pelo economista Antônio Barros de Castro à revista **Senhor**. Solicito a transcrição desse texto porque me parece um trabalho eficaz de desmistificação de alguns temas econômicos.

É verdade que os responsáveis pela política econômica já perderam toda credibilidade perante a sociedade. Quando digo toda a sociedade não é força de expressão, é a expressão da verdade, pois aparentemente, nem no próprio ministério se leva a sério a atual política.

Gostaria de acrescentar que o Sr. Delfim Netto é, hoje, o Ministro dos banqueiros internacionais, e não mais o Ministro do Planejamento do Brasil, para que se reerga este País para os brasileiros.

É, contudo, verdade que a sociedade continua paralisada, ou tem reagido pouco. A entrevista de Barros de Castro tem o mérito de apontar caminhos e de lembrar o óbvio: o Brasil é viável, apesar dos Delfins da vida.

Ele, como nós defende a moratória imediata e lembra que estamos arcando com todas as desvantagens da moratória e com nenhuma das vantagens. A moratória não é portanto bicho de sete cabeças, bicho de sete cabeças é a situação insustentável que estamos vivendo.

Peço portanto, Sr. Presidente, a transcrição desse texto, que reflete a situação que estamos enfrentando, com o gravíssimo problema do desespero vivido por um milhão de pessoas hoje desempregadas, sem conseguir alimentos. A sobrevivência torna-se intolerável. Ou o País retoma seu desenvolvimento, ou o clima de desespero aumentará dia a dia. Quero alertar este Congresso, às vésperas de entrar em recesso, para que não interrompa, nesse período, a nossa luta. Que ela continue e que estejamos constantemente alertas, nesses três meses, presentes na luta do povo brasileiro, não permitindo que o desespero dele tome conta, principalmente em razão do desemprego, da fome e da miséria.

“Estamos em queda livre

Recessão já não é a palavra: a economia brasileira entrou em colapso, desestruturou-se, e o tecido social começa a se romper.

José Roberto de Alencar

Sua tese de doutorado sobre a Escravidão no Brasil Colônia, Antônio Barros de Castro vem tentando publicar, desde 1978, até hoje e não conseguiu nada nesse sentido. A tese que ele defende agora — a da moratória já, ainda que tardia — não poderá esperar tanto. Aliás, não pode esperar tanto. Aliás, não pode esperar nada: “Ou é acatada logo ou será o caos”, pois “este País foi transformado numa bomba dotada de vários pavios acesos, e é impossível prever qual deles queimará primeiro”.

Presidente do Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (IERJ) desde julho do ano passado, o historiador e economista Barros de Castro, de 45 anos, venceu, recentemente, o concurso para a vaga de titular de Política Econômica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ, onde ele se formou em 1959, em Economia.

Quatro anos depois de formado, era membro da Comissão Econômica para a América Latina (A Cepal, da ONU), da qual só sairia em 1971. Antes disso, teve de sair do Brasil, no início de 1969 e da vigência do terrível AI-5. Ficou no Chile até junho de 1973 — escapou por dois meses do 11 de setembro, que derrubou Allende e inaugurou a ditadura do general Augusto Pinochet.

Passou um ano como professor-visitante na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, voltou em 1975 para se formar em História na UNICAMP, e passou outro ano No Exterior — mais precisamente no Instituto de Estudos Avançados de Princeton, nos Estados Unidos. Antes dele, apenas dois brasileiros tinham sido membros daquele instituto, o hoje senador do PMDB paulista Fernando Henrique Cardoso e o atual secretário de Planejamento do governo Montoro, José Serra.

Um de seus cinco livros — **Introdução à Economia**, escrito com Carlos Lessa em 1966 — já está na 35ª edição. Entre os cinco mil livros que foram as paredes dos dois cômodos mais altos do antigo casarão onde mora — velho cortiço que ele comprou e reformou de acordo com a planta original desenhada na prefeitura — localizado em uma íngreme, tranqüila, arborizada e sinuosa rua do bairro carioca de Botafogo, Castro tentava escrever seu sexto livro, **O Brasil dos Anos 80**. Esperava vê-lo na praça em março próximo, quando foi assaltado pela dúvida: a praça sobreviveria até março?

Pode ser. Ele lastima, porém, o estado em que ela estará então, se a moratória não for declarada já.

P — Sem moratória a recessão piora?

R — Não estamos numa recessão.

P — Estamos em quê?

R — Em queda livre. Recessão é um esfriamento provocado ou natural de uma economia que venha crescendo vigorosamente. Recessão é uma pausa, que permite digerir esse avanço anterior e preparar o próximo.

P — Como se fosse uma contração natural?

R — É uma imagem naturalista mesmo. A teoria econômica partiu dessa analogia. E a grande virtude atribuída à recessão, pelas mais diferentes correntes teóricas da economia, é que ela prepara a retomada. Ela limpa, purga os excessos e acumula forças para a retomada.

P — Limpeza parece que não falta — grupos dos mais sólidos estão estourando. Mas não se acumulam forças para a retomada. É isso?

R — Exatamente. Não há o menor indício de acumulação, de preparação para a retomada. A economia brasileira encontra-se em colapso e não se trata de um fenômeno cíclico. Ela está-se desestruturando e o próprio tecido social começa a romper-se.

P — E para onde isso leva?

R — A economia está agora sujeita a rupturas, a quebras em cadeia. É como o movimento do nível das águas numa represa, que sobem no verão e descem com a estiagem. Essa é a recessão natural, cíclica, previsível. Neste momento, porém, a baixa do nível não é causada pela estiagem. Estão-se rompendo as barragens e a saída das águas é descontrolada. É impossível prever as consequências.

P — A moratória equivaleria então à construção de outra barragem, rio a baixo, para conter as águas. Mas ainda há tempo para isso?

R — Eu creio que ainda dá para frear o processo. Mas é preciso que se construa a barragem certa. Até recentemente, o debate econômico no País estava polarizado entre duas posições. Um grupo, majoritário, com o governo, defendia a austeridade, a autocontenção. Outro grupo queria a retomada do desenvolvimento. Era, portanto, recessão **versus** retomada. A retomada supõe o retorno à normalidade. Mas que normalidade? A normalidade foi perdida. Os diques se romperam e é preciso, urgentemente, antes de mais nada, um programa de reparos, de ajustes, para interromper, para segurar a queda livre. Um programa de emergência para conter a **débacle**.

P — E de quanto tempo tal programa necessita para segurar este País?

R — Um ano, ano e meio, coisa dessa ordem. E só então, detida a desagregação, é que se poderia realmente voltar a crescer. Quando se falava em retomada do desenvolvimento, parecia possível tirar o pé do freio e acelerar. Parecia que bastava isso para retomar. E isto não é mais possível. Crescer deixou de ser um problema quantitativo; é um problema sobretudo de direção. A normalidade foi perdida e a economia perdeu sua trajetória, pois o Brasil precisa recriar o seu caminho. Então se coloca a questão: crescer em que direção?

P — Antes, porém, de a sociedade discutir o novo caminho, definir a nova direção, será preciso, como o Sr. diz, conter a **débâcle**. Como é esse programa-pára quedas imaginado pelo Sr.?

R — Sou um defensor convicto e ardoroso da moratória unilateral, que não passa de uma pré-condição para o lançamento do tal programa. É necessário, com a moratória, abolir toda essa política do Fundo Monetário Internacional (FMI) e atacar, internamente, em três frentes: primeiro, um tratamento de choque para o desemprego, com um programa de obras públicas em estradas, nos portos, na infra-estrutura viária urbana. Resolveria o problema do desemprego e ainda conteria a deteriorização do sistema de transportes, que já começara a ser remodelado para apoiar, no momento correto, a recuperação econômica.

P — E como ficaria o chamado déficit público, tão responsabilizado por toda a desgraça atual?

R — O Governo e o FMI tratam o déficit público como se ele não fosse ampliado pela própria crise. Tratam-no como um elemento externo à crise. E ele é uma face da crise. Não é a causa da crise.

P — Então sigamos. Qual a segunda alça do pára-quedas?

R — Uma ofensiva externa de política comercial, no sentido de manter e ampliar os fluxos de comércio. Manter o que for possível e criar novos canais, desinibidamente, pois então já estaríamos rompidos com as pressões externas e teríamos uma predisposição mais favorável a acordos heterodoxos, tipo **barter**, trocas de mercadorias, pactos regionais e outros. E o Brasil poderia ficar na condição de promotor desse novo comércio, sem abandonar o tradicional.

P — E a terceira?

R — O terceiro ponto do programa para a contenção da **débâcle** é o da reforma financeira e tributária, orientada para a restauração da saúde financeira das empresas privadas e públicas, e para a restauração da capacidade de ação do Estado. A partir disso, entra-se na acomodação à moratória propriamente dita.

O Brasil se submete a restrições insuportáveis para pagar juros e salvar bancos. A moratória seria a solução.

P — Como se daria tal acomodação?

R — Um programa de curto prazo para substituição de importações é imprescindível. Um para a indústria química, outro para a eletrônica... seriam programas concertados com as entidades de classe, que poderiam tomar grande parte da iniciativa. Mas, aliás, já fizeram estudos a respeito. E isso seria enfiado num programa amplo de substituição de importações. A indústria pode extrair daí algum impulso, e o País estará acomodando-se efetivamente às novas condições de operação.

P — Que mais?

R — Um segundo tópico dessa acomodação seria no âmbito do sistema de transportes. É preciso imediatamente atacar a questão para conter a deterioração, e começar a remodelação da infra-estrutura viária. A moratória traria consigo o racio-

namento de gasolina. Os transportes coletivos, especialmente urbanos, seriam, portanto, após a moratória, muito mais requisitados. E teriam de corresponder às novas necessidades.

P — Quer dizer que o Sr. aceita o que dizem os ministros da área econômica, de que os exportadores suspenderiam imediatamente os embarques? O fato de a PETROBRÁS estar exportando neste ano, para eles, cerca de 4 bilhões de dólares não garantiria os embarques de óleo? Os que recebem em mercadorias teriam razões para temer nossa pobreza de dólares?

R — Bom. Eu creio que eles (os ministros) têm razão aí, num ponto. O fato é que o petróleo ainda ocupa 50% das importações. Então, se as importações tiverem de cair, é natural pensar que essa parte — que ainda é de longe a maior — seria o principal alvo das restrições.

P — Então o racionamento não seria culpa dos fornecedores, e sim de decisão interna. O pagamento das importações não seria afetado?

R — A moratória implica de imediato a suspensão dos pagamentos dos juros. O Brasil está no momento submetido a uma restrição insuportável das importações porque o Governo está empenhado, absolutamente empenhado, em usar as divisas disponíveis para pagar juros, para salvar bancos. Bancos esses que teriam de lançar empréstimos brasileiros na coluna dos prejuízos se os juros não forem imediatamente pagos, pois já estão atrasados em mais de 60, até 90 dias. Então, o Governo tem direcionado todas as nossas divisas prioritariamente para pagar juros e petróleo. Uma das consequências imediatas da moratória seria a suspensão desse esforço brutal de pagamento dos juros.

P — Equivaleria a dizer que o Brasil já paga, hoje, todos os ônus de uma moratória — como o das importações “insuportavelmente contidas” — sem usufruir de nenhum de seus benefícios?

Entra foto

Castro a normalidade foi perdida

R — Sem dúvida alguma fora aquelas ameaças que se faziam já se cumpriram, uma a uma, sem moratória mesmo. A suspensão do movimento autônomo de capitais, por exemplo já ocorreu há muito tempo. A entrada de capital estrangeiro de risco já caiu de 5 bilhões de dólares em 1981 para, na melhor das hipóteses, 400 milhões de dólares neste ano. As importações, que em outros tempos chegaram a 22 bilhões de dólares, estão previstas para não passar de 16 bilhões de dólares em 1983. E se tomarmos o ritmo de agosto e setembro, e anualizarmos os dados, veremos que o número real será significativamente inferior, mesmo a esses 16 bilhões de dólares.

P — A moratória não acarretaria, portanto, nenhuma cota extra de sacrifício ao País?

R — Exatamente. Isso vai-se tornando consensual. O governo vem impondo restrições absurdas, às importações por exemplo, para salvar os bancos estrangeiros.

P — Com a moratória, o problema seria transferido aos outros responsáveis pelo fato de o Brasil dever tanto?

R — A moratória seria apresentada como uma necessidade e não como uma opção. O Brasil não a escolheu — foi levado a ela. Foi obrigado. Tendo que optar entre a preservação da sua economia, de um mínimo de condições para seu povo, e de sua própria **autodeterminação**, de um lado, e o cumprimento de obrigações externas inviáveis, impossíveis de serem cumpridas, de outro, o País foi obrigado a escolher a moratória. Ela significa fundamentalmente a suspensão dos pagamentos dos juros — e isso é que é inaceitável para eles.

P — Mas esses juros, durante os três anos em que estivessem suspensos, seriam contabilizados como dívida? Seriam somados ao principal?

R — Sim, claro. Não é calote. Mas não esses juros extorsivos inventados pela política de Reagan. Pagaremos, sim, mas juros de 3% ou 4% ao ano. Juros históricos. Média do século 20. Quem pode acusar de arbitrária a média de um século? Arbitrários são esses juros de 10%, de 12%, inventados pela política inconsequente de Reagan. A moratória é exatamente a reconquista da autodeterminação. Esse é o ponto central. A moratória é a tática na estratégia da libertação.

P — Muito bem. As importações não seriam, portanto, prejudicadas. Mas e as exportações?

R — Simplificadamente, a pauta brasileira de exportações tem 42% de primários, 8% de semimanufaturados e 50% de manufaturados. Os primários e os semimanufaturados, o Brasil vende baratíssimos. Por isso, os compradores têm o máximo de interesse em continuar comprando. Ganham muito no preço. No caso dos manufaturados, além do preço também excelente, há um outro dado, ainda mais importante: são exportações extremamente vantajosas para as empresas aqui sediadas, multinacionais que exportam a partir do Brasil. O programa Beflex dá um irresistível acúmulo de favores aos vendedores, frequentemente multinacionais. Além do mais, são contratos de longo prazo, já assinados. Os exportadores e os importadores só têm vantagens em prosseguir. E qualquer empresa que tentasse romper esse esquema estaria não só sujeita às multas contratuais, mas principalmente perdendo dinheiro, perdendo bons negócios.

P — Mas as autoridades têm dito que as exportações seriam prejudicadas, na medida em que não fossem mais financiadas. É certo?

Não é calote. A moratória é a reconquista da autodeterminação, uma tática na estratégia da libertação

R — Alegam que as exportações são pré-financiadas a longo prazo. Portanto, no momento em que se fizesse a moratória, as exportações deixariam de render divisas, pois já estariam pagas. A receita teria entrado antecipadamente.

P — E isso é verdade?

R — As coisas não se dão bem dessa maneira. Dois terços das exportações brasileiras são feitos, de acordo com os dados da própria Cacex, à vista, *cash*. Não seriam portanto, afetados. Outros 14% são financiados a 90 dias. Então, o que acontece? No dia seguinte ao da moratória, continuaríamos vendendo e recebendo dois terços e, passados 90 dias, a receita subiria para 80% da atual. Com seis meses, teríamos certamente mais um percentual para adicionar a esses 80%, e estaria resolvido o problema, em pelo menos 90%. Com 80% de sua receita atual e sem juros para pagar, o Brasil teria caixa tranqüila para suas importações. Com caixa, na depressão mundial, na crise internacional, é absolutamente absurdo supor que não se possa comprar.

P — Mas, voltando à questão das exportações, se o programa Beflex dá tanta vantagem para o exportador, a indústria automobilística, por exemplo, nada teria a temer com a moratória?

R — Com a moratória ela nada perderia. Mas essa indústria constitui um tópico particularmente delicado naquela acomodação de que já falamos. Mesmo que não houvesse um drástico racionamento da gasolina, ainda assim não haveria no País,

pós-moratória, clima propício para o automóvel. Essa indústria teria que ser tratada dentro de um programa especial. Ela sofreria uma retração e teria de ser objeto de um programa específico de apoio e reconversão. Uma atividade que já foi carro-chefe da economia passaria a ser um setor problema, a ser reacomodado. Teria de esfriar a produção de automóveis e fabricar mais ônibus, caminhões, tratores, ou outra coisa qualquer.

P — Mas sem contar com mercado interno, ela não perderia competitividade no externo?

R — Presumo que seria de todo interesse manter as exportações de automóveis. Mas a demanda interna sofreria mesmo, seguramente, uma queda violenta. Isso seria inevitável. E produzindo menos ela vai, certamente, perder economicidade, perder escala e, em consequência, competitividade externa.

P — E isso seria grave?

R — Não. Não se vai mais crescer da maneira em que se cresceu nos anos 50 e 60. Não serão mais os mesmos setores líderes, as mesmas tendências gerais. Pelo contrário, enquanto se aplica aquele programa de contenção da *débâcle* econômica, o País debaterá, politicamente, os novos caminhos. Esse escolher a direção do desenvolvimento é, em termos de reformas, uma temática riquíssima. No plano econômico, equivale à reforma política, da restauração da democracia e das instituições. Em ambos os sentidos, eu acho que viveríamos um momento semelhante a 1945, quando experimentamos uma mudança do regime político — com uma Constituinte e o restabelecimento das regras do jogo democrático — acompanhada, paralelamente, pelo debate, no plano econômico, sobre a direção do desenvolvimento.

P — Simonsen versus Gudin?

R — Isso. Naquela época, o debate foi liderado por Roberto Simonsen — que optava pela industrialização, pelo planejamento, por um programa forte de obras públicas e de apoio à indústria de base — enquanto o outro lado, capitaneado por Eugênio Gudin, pretendia o restabelecimento das condições pré-30 de operação da economia, com absoluta liberdade de intercâmbio internacional e o “retorno à vocação agrícola e exportadora”. Nunca mais houve um debate a esse nível de profundidade, seja no campo político, seja no econômico. E a deflagração da moratória nos deixaria, agora, num momento similar a 45. Enquanto aplica aquele programa de emergência, para conter a queda livre, o País discutiria seus rumos político e econômico.

P — Mas o que o leva a crer que o governo banque, ou pelo menos permita, esse debate?

R — Vivemos uma situação paradoxal. Há um repúdio quase universal à política econômica que está aí. Esse imenso consenso de empresários, de partidos políticos, de intelectuais, de trabalhadores, de estudantes, no sentido de condenar a ingerência do FMI, não leva a nada, porque para tomar um outro caminho é preciso romper. E o medo da ruptura ainda supera aquele consenso, porque ela é anunciada e apregoada como o desastre final. Quando comecei a estudar este assunto, para ver se seriam mesmo dantescas as consequências da moratória, percebi a inexistência de outra saída. Até porque todas as desgraças que se anunciavam, como consequência da moratória, já se tinham abatido sobre nossas cabeças. Elas não eram inerentes à moratória, e sim a esta situação em que vivemos hoje.

P — Mas por que não há outra saída?

R — As importações já estão restritas ao mínimo, e mesmo assim o País não consegue pagar os juros. Com todo sacrifício imposto ao País, com tudo correndo bem para os patrocinadores dessa política, a dívida ainda crescerá 10,5% em 1983. Em 1984, se

tudo correr como eles querem, a dívida tornará a crescer 8%. Todo o superávit que conseguirmos na balança comercial deste ano de 1983 será suficiente para pagar apenas metade dos juros devidos. E como a situação não promete reverter, ainda em 1984, 1985 e 1986, teríamos de usar o mesmo remédio que nos estão aplicando agora.

P — E isso seria viável? Com todo o estrago que essa política vem causando ao parque industrial, às empresas e ao próprio cerne do desenvolvimento — a tecnologia, que deteriora na medida em que sufoca as estatais, suas difusoras — é possível prosseguir com essa política? E por quanto tempo?

R — A visão do FMI e dos que nos aplicam essa terapia é a de que a recessão, comprimindo a economia, gera mais excedentes exportáveis e melhora a balança. Como uma gangorra. É o *trade off*. Esta doutrina tem validade, mas só a prazo curto. O remédio deu certo em 1981 — apesar de a economia ter descido mais do que se esperava, e de as exportações não terem superado as expectativas. Em 1982, em vez de a gangorra se mover ao contrário, nova dose do remédio fez com que ela continuasse descendo o lado da economia e subindo o da exportação. Com dose de 1983, podemos garantir que não existe mais o efeito *trade off*. A gangorra estragou.

O País é uma bomba de vários pavios acesos. E a rebeldia pode transformar-se, de enorme convulsão social

P — Ficou na vertical?

R — E. O efeito gangorra desaparece exatamente quando os danos causados na economia começam a dar sinais de que são irreversíveis. Isso mostra que eles (do governo) não são coerentes nem com sua própria política, pois estão cansados de saber que o *trade off*, tão eficaz a curto prazo, acaba matando a galinha dos ovos de ouro, quando repetido amígdue. Essa política está comendo a própria capacidade produtiva do País. Estão violando sua própria premissa.

P — E quem acaba primeiro: a galinha econômica ou a paciência social?

R — Difícil dizer. O País parece uma bomba com vários pavios acesos. E não se sabe qual é o mais curto. Existe a possibilidade de quebradeira em cadeia de empresas, partindo da construção civil. Existe outra, partindo da indústria de bens de capital. Outro estopim visível é o da insatisfação popular, da rebeldia que cresce dia a dia e que pode, de um momento para o outro, deixar de ser esporádica, deixar de pipocar aqui e ali, para estourar numa enorme convulsão social, de consequências absolutamente imprevisíveis.

P — Nesse quadro, quem — além da já citada indústria automobilística — ajuda o governo a postergar a moratória para salvar os bancos estrangeiros?

R — Os bancos nacionais. Com a moratória, eles deixariam de captar financiamentos para a exportação. Perderiam todo o lucro que lhes dá a Resolução 68 da Consex — ela é altamente favorável para eles. Perderiam essa que é a sua última linha livre, seu último suspiro, pois todos os seus outros negócios são muito controlados. E ainda teriam de fechar suas agências no Exterior, coisa que não os agrada.

P — Mas a situação atual interessa a eles?

R — Por paradoxal que pareça, o sistema bancário é um daqueles pavios. A quebradeira das empresas acabará por atingi-los. Agora, depois da concordata do Ometto, eles já estão bem mais seletivos e mais conscientes dos riscos que correm.

P — E após a moratória nada seria feito para compensá-los das perdas das agências estrangeiras e da 68?

R — Claro. Já falamos da imprescindível reforma financeira.

P — Na hora em que os bancos apoiarem, a moratória vem?

R — Meu medo é esse. Os banqueiros, nacionais e estrangeiros, podem estudar com o governo e com o FMI uma fórmula que equiva à moratória — pois esta é inevitável e eles não continuarão brigando por muito tempo mais contra a aritmética — mas só no plano externo. Uma fórmula que não tenha o efeito liberatório interno. Uma fórmula que não nos devolva a autodeterminação.”

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dionísio Hage.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Valmiki Mendonça nasceu em Belém formou-se pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará em 1953. Jornalista, tendo iniciado na “Folha do Norte”, escrevendo sobre contos, folclore, crônicas e poesias. Seu primeiro livro, “Bastiana Flor das Matas”.

No dia 23-11-83 lançou “Tapanã a Hospedaria do Diabo”, onde resalta os bravos nordestinos que chegaram ao Pará atraídos pelas vantagens da Amazônia. Embarcavam como soldados da borracha destinados aos seringais, para ajudar a Pátria, durante a 2ª Guerra Mundial.

Na Hospedaria do Tapanã os heróicos nordestinos eram hospedados, para aclimatar-se, depois prosseguindo viagem pela Amazônia, onde marcaram sua presença.

Ao autor, nossa homenagem por transmitir ao brasileiro de hoje o que foi a vida do nordestino na Hospedaria do Tapanã, nos subúrbios de Belém.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente do Congresso ora em exercício, Senador Gastão Müller, Srs. Congressistas, quero inicialmente render minha homenagem póstuma ao grande brasileiro Teotônio Vilela que, morto, continua vivo na consciência, no coração e na esperança de todo o povo brasileiro. Tenho a certeza de que este Congresso jamais se esquecerá do homem dos grandes projetos, do corajoso, do bravo, do valente, do impulsivo, do esbravejante, mas do querido, do amável amigo Teotônio Vilela. E junto minha voz à de todos quantos lhe prestaram homenagens.

Teotônio Vilela jamais sairá da mente e do coração deste seu companheiro, pela amizade, pelo carinho e pelo respeito, que sempre foi recíproco entre nós.

Em segunda lugar, quero registrar minha posição em relação ao aumento do funcionalismo federal. Acabo de ler os jornais — aliás, não somente hoje, mas há alguns dias, já — que possivelmente esse aumento se dará em parcelas: 40% em janeiro e 30% em junho, o que reputo uma vergonha nacional. Todos sabem que a inflação oficial, não a real — a oficial é aquela a que se chega através de determinadas pesquisas, mas que não se aproxima da realidade — chegará no final de dezembro, a 222%. A inflação real no Brasil, ultrapassou a casa dos 400%, é o que veremos se fizermos uma análise fria de todos os aumentos havidos neste ano.

Pergunto ao Sr. Diretor do DASP, ao Sr. Presidente da República e aos responsáveis pela política de aumento do salário do funcionalismo público neste País: como ficará o “barnabé”? Como ficará essa classe desprezada, abandonada, vilipendiada pelos poderes públicos deste País?

Os próprios funcionários desta Casa, embora tenham tido uma melhoria, como concessão especial da Mesa, mesmo assim ainda estão delasadas em seus salários. Imaginem a situação dos demais "barnabês" por este País a fora! Alguns estão comendo farinha com água, porque não têm recursos para alimentar seus filhos ou para colocá-los numa escola de melhor nível.

Os funcionários públicos não têm direito ao 13º salário, não têm direito a coisa alguma. E agora vem o Sr. Diretor do DASP dizer que não há possibilidade de se dar mais que 40% em janeiro e 30% em junho. Reputo isso uma vergonha: recriminei essa mesma medida em relação ao Estado de São Paulo, e estou sabendo também que o aumento que se dará ao funcionalismo do meu Estado não será condizente com a realidade inflacionária. Já me tendo posicionado contra o aumento a ser concedido no meu próprio Estado, cujo governo é do meu partido, hoje me posiciono, nesta tribuna, também contra a atitude do Governo Federal em relação aos seus funcionários. Quero deixar claro que estou e estarei junto com a classe nas suas reivindicações, porque não entendo que se possa conduzir, que se possa realizar um trabalho digno, que se possa trabalhar neste País sem ter pelo menos o que comer.

Deixo registrado, nesta manhã, Sr. Presidente Gastão Müller, nobre Senador desta República, e nobres Congressistas, meu descontentamento, meu repúdio a essas atitudes que julgo realmente desumanas. Num País cheio do amor de tanta gente boa, o Governo Federal mostra-se insensível às reivindicações do funcionalismo público do Estado e do País. Junto minha voz à do Presidente Nacional da Confederação dos Servidores Públicos e à de todos os funcionários, para que unidos repudiemos essa atitude, que julgo malévola, contra todo o funcionalismo público federal. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Tem a palavra o nobre Deputado Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB — SP. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, lemos, há alguns dias, numa dessas revistas modernas que *enculam* pelo País, a assertiva de um psiquiatra, segundo a qual o lirismo, o romantismo, é uma espécie de doença que se apodera do espírito dos mais fracos. Prestando um pouco mais de atenção ao nosso tempo, constatamos que até mesmo a música está sendo mecanizada. Não é essa, efetivamente, a maneira de funcionar um órgão moderno, em que se ligam sons, ritmos e até mesmo determinadas melodias? Percebemos que, no mundo de hoje, a música da juventude não ensina humanismo, e os jovens somente têm auferido seus conhecimentos através dos testes — é também uma música mecanizada.

Parece que a poesia nos deixou, em nosso tempo. Vivemos a época dos computadores, das naves espaciais, das grandes aeronaves, das máquinas aperfeiçoadíssimas, dos robôs que vão até mesmo tomando os lugares dos homens no trabalho das fábricas e em outras atividades.

Embrio-me, neste instante, de que era Presidente da Câmara Municipal de São Paulo quando o Dr. Tufic Mattar recebeu em 1977, em nossa Capital, o Senador Teotônio Vilela, então da ARENA. Fui convidado para o almoço que um pequenino círculo de amigos lhe ofereceu no Restaurante Cadore. Como conhecia Teotônio Vilela de longa data, sendo um dos seus companheiros neste Congresso, antes de ter cassado meu mandato parlamentar, e como via surgir de maneira admirável aquela nova estrela para a vida pública, e acompanhava, embora de longe, suas incursões líricas, românticas, eficientes, didáticas e bravas por todos os setores, por todos os caminhos da vida pública, como um pregador da liberdade, de direitos humanos e de justiça social, não vi como privar-me da alegria e da honra de assentar-me à mesa com o ilustre Senador visitante. Naquela ocasião, pediram-me alguns amigos, que saudasse Teotônio Vile-

la. Considerando tudo isso, e mais a poesia com que banhava sua vida pública, a coragem apaixonante com que realizava suas intervenções o desabrido Senador, e considerando ainda sua condição de andarilho das pregações cívicas, homem onipresente em quase todo o cenário da vida pública nacional, chamei-o, naquele instante, de Cid, El Campeador da democracia e da ordem pública em nosso País. Quero repeti-lo agora que Teotônio está morto. Quero, desta tribuna, neste instante, render minhas homenagens de brasileiro humilde a uma grande figura. Quero afirmar que daqui, com os pés fincados e plantados na terra dos homens, acompanhei seus vãos de condor nos céus da política brasileira. Mas quero homenagear sobretudo o Teotônio cuja bandeira era muitas vezes lírica, romântica, poética, diferente da do mundo de hoje, marcado entre nós pelos resquícios do militarismo e da tecnocracia que procurou transformar o Brasil num montão de fichas, num constante esforço de medição do seu Produto Interno Bruto, e que neste instante se vê frustrado nas suas tentativas, justamente no momento em que a Pátria toda se reúne ao redor da memória do Senador das Alagoas, chorando a morte do seu representante, do seu grande político daquele que soube banhar de profundo humanismo sua luta em favor dos homens.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cunha Bueno.

O SR. CUNHA BUENO (PDS — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago hoje à consideração desta Casa caso concreto de discriminação política da administração do Governador Franco Montoro contra interesses do Município de Bofete, pelo simples fato de o Prefeito daquela comunidade paulista, o Sr. José de Souza Alves, ter sido eleito pela legenda do Partido Democrático Social, de cujo Diretório Regional em São Paulo sou o Presidente.

Como está bem descrito no Ofício nº 546/83, de 16 deste mês de novembro, enviado ao Sr. Presidente da República, clamando por providências urgentes, o Prefeito José de Souza Alves já solicitou do Governador Franco Montoro, através dos Ofícios nº 121 e 126/83; do Secretário de Transportes, através dos Ofícios nº 104 e 185/83; da Defesa Civil do Estado, através de ofício especial, datado de 31 de maio deste ano, e do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, através do Ofício nº 133/83, para os quais não obteve sequer resposta por parte de qualquer das autoridades citadas, Sr. Presidente. O Município de Bofete está enfrentando o seguinte problema, para o qual necessita de solução urgente: as rodovias Lázaro Cordeiro de Campos (SP-147), que faz a ligação da Rodovia Castello Branco com a Rodovia Marechal Rondon, passando pelo Município de Bofete, e Camilo Príncipe de Moraes (SP-141), que faz a ligação Bofete—Porangaba — Rodovia Castello Branco, estão praticamente intransitáveis, não só pelo péssimo estado de conservação em que se encontram — praticamente abandonadas — como pelo efeito das chuvas que, quando caem, isolam essas vias para uso público.

A imprensa de São Paulo já tem dado o devido destaque ao problema, Srs. Deputados, sendo que, até agora, entretanto, as autoridades estaduais citadas estão absolutamente insensíveis, e só por motivos políticos, porque problemas semelhantes de proporções até maiores, em outros municípios onde o PMDB foi vitorioso, têm merecido toda a atenção por parte do assim chamado "Governo Democrático de São Paulo", que de democrático só tem o nome. Enquanto isso, os quase oito mil habitantes do Município de Bofete, na região administrativa de Sorocaba, continuam abandonados pelo Governo do Estado, porque cometeram o "crime" de eleger um Prefeito, por sinal eficiente e honrado, pela legenda do Partido Democrático Social, o Prefeito José de Souza Alves.

Chamo a atenção do Governador Franco Montoro, para tomar uma de duas atitudes: ou atende às justas reivindicações da comunidade de Bofete, ou então deixa de

usar e abusar da expressão incorreta que passou a imprimir em todos os papéis oficiais da sua Administração — "Governo Democrático de São Paulo".

E mais, Sr. Presidente

Faleceu na cidade de Brotas (SP), no dia 9 deste mês de novembro, o Jornalista José Lucente, que durante meio século foi Diretor do Jornal *O Progresso*, onde batalhou em defesa dos interesses daquela comunidade.

Nascido aos 26 de junho de 1915, deixou este mundo, portanto, com a idade de 68 anos, durante os quais foi poeta, músico amador, esportista e diretor de vários clubes de esporte naquela comunidade. Mas foi principalmente jornalista, e como tal foi sócio fundador da Associação Paulista de Imprensa, membro da Associação Brasileira de Imprensa e membro da Ordem dos Velhos Jornalistas de São Paulo. Como jornalista, José Lucente foi agraciado com Medalha e Diploma do Mérito Jornalístico pela Associação dos Profissionais de Imprensa do Estado de São Paulo. Ao completar seu Jubileu de Ouro na vida jornalística, recebeu da Associação Paulista de Imprensa placa de ouro alusiva à efeméride.

Herói da Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, Sr. Presidente, José Lucente era daquela estirpe de pessoas que não se deixam vergar pelas dificuldades da vida. No seu trabalho diário de jornalista, não era apenas o Diretor e o redator de *O Progresso*. Era também o impressor daquela folha e ainda o seu distribuidor semanal (aos domingos) do *hebdomadário* que era a sua própria vida.

Tive a honra de contá-lo entre os meus amigos. Por isto, trago aqui esta palavra de saudade e junto meus pêsames aos de sua família, representada por sua digna esposa, Srª Eurêlia Tardivo Lucente, e seus filhos Pedro Paulo, Justino, Ana e Rosa Maria. A morte calou a fala e a escrita de José Lucente, mas seu espírito idealista continuará presente na vida do povo de Brotas.

Outro assunto, Sr. Presidente:

O radialista Manoel Vitor realiza em São Paulo, há nada menos do que quarenta e cinco anos ininterruptos, o autêntico milagre de manter no ar o programa radiofônico "Hora do Pensamento Social Cristão".

Verdadeiro apostolado radiofônico, não se limita ele a pregar, com fé e devoção, os princípios mais sadios da religião cristã, mas também educa, consola, com palavras e com atos, legiões incontáveis de sofrendores de todos os tipos, conseguindo, mesmo sem ser uma organização com personalidade jurídica própria, estatutos, sede e etc. (motivo pelo qual nunca pôde nem pode ser declarado de utilidade pública aquele programa), sensibilizar autoridades, empresas, particulares e ouvintes e participantes, para a doação de milhares de cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos para paraplégicos, bem como outros tipos de atendimento especial.

Elogiado constantemente pelas autoridades civis e religiosas de São Paulo e outros Estados, tendo já obtido a bênção especial de quatro papas reinantes, constituindo-se, ano após ano, em autêntico campeão de audiência no seu horário, o programa "Hora do Pensamento Social Cristão", criado, escrito e apresentando por Manoel Vitor, é, ao mesmo tempo, religioso, educacional, cívico e social, levando aos lares de milhares de pessoas uma palavra de fé e esperança, de orientação, de incentivo e de bênção.

Por tudo isto, Srs. Congressistas, estou na tribuna hoje para prestar uma homenagem ao radialista Manoel Vitor, por seu trabalho tão elevado, no programa que está há mais de quarenta e cinco anos no ar, sem nada pedir, recebendo muito pouco e, em troca, dando muito de sua fé, de sua dedicação, de seu patriotismo e de sua vida.

Diante de exemplos como esse, Sr. Presidente, é-se obrigado a pensar em como são verdadeiras as palavras do Senhor Jesus Cristo, quando afirmou que a fé remove montanhas. Realmente, nestes mais de 45 anos de seu trabalho com o programa "Hora do Pensamento Social Cristão", Manoel Vitor tem removido as montanhas da

burocracia, do cansaço e da falta de recursos, e, fazendo do seu trabalho um autêntico sacerdócio, continua a pregar a fé cristã e a fazer o bem a quantos dele necessitam. E é precisamente de exemplos assim que o Brasil necessita, hoje mais do que nunca.

Ainda, Sr. Presidente: desejo reforçar, de viva voz, o Ofício nº 547/83, que em data de 17 deste enviei ao Ministro Jarbas Passarinho, da Previdência e Assistência Social, solicitando a S. Exª que mantenha aberto e em funcionamento o posto do INPS na cidade paulista de Palmital.

Não foi apenas o pedido formal do ilustre Prefeito Albino Ranho que me levou a encampar aquela reivindicação justíssima da população palmitalense, Sr. Presidente, mas sim, além disso, o carinho especial que temos por aquela comunidade, pelos laços fraternais e emotivos que nos ligam àquele povo bom, generoso, operoso e progressista.

Se for efetivada a anunciada desativação do posto do INPS em Palmital, Srs. Congressistas, os quase quarenta mil habitantes do município, mas em especial os segurados da Previdência Social e seus dependentes, terão de viajar quase 50 quilômetros para se servirem do posto de Assis, onde está a sede da Região Administrativa à qual se subordina a minha querida cidade de Palmital.

Quero, portanto, desta tribuna fazer ao Ministro Jarbas Passarinho, a quem desejo uma feliz gestão à frente do seu Ministério, um apelo no sentido de que esgote todas as possibilidades que estiverem ao seu alcance para que se evite o fechamento daquele posto de serviço e de atendimento do INPS.

E mais, Sr. Presidente:

Como brasileiro e como empresário, preocupado em colaborar na solução de nossos problemas, o Sr. Richard Civita, Diretor-Presidente da empresa paulista "Comunicações, Lazer, Cultura", com sede na Capital de nosso Estado, tem oferecido constantemente às autoridades sugestões e estudos, visando à superação desses problemas. Dessa forma, vem ele estudando há bastante tempo uma alternativa de solução para o Nordeste brasileiro.

Seus estudos o levaram à convicção de que a indústria do turismo pode vir a enriquecer o Nordeste, criando ali empregos, produzindo lucros e trazendo de fora muitos dólares em impostos e em circulação de moeda.

Essa conclusão, Sr. Presidente, não é em nada utópica, nem imaginária, nem longínqua. Acredita aquele empresário paulista que o turismo estrangeiro para o Nordeste brasileiro pode e deve ser incrementado, tornando-se assim uma possibilidade concreta de alterar fontes de receita.

Em favor de sua tese, argumenta ele que em muitos países com as mesmas possibilidades do Nordeste, como o México e a Espanha, por exemplo, a indústria do turismo já é, há muito tempo, a primeira geradora de divisas. Nos Estados Unidos da América, é a segunda maior indústria do varejo, responsável em 1981 (por exemplo) por um faturamento de quase 200 bilhões de dólares, gerando quase 5 milhões de empregos, com quarenta bilhões de dólares em ordenados e remuneração.

Para sustentar ainda melhor sua tese entusiasmante, Srs. Deputados, o empresário Richard Civita acaba de editar um livro especial, "Nordeste — Pólo Turístico", com comentários breves, gráficos, demonstrações e estudos, cuja leitura não demora mais do que 15 minutos, mas cujo conteúdo precisa de ser conhecido de outros empresários, de autoridades e do grande público.

Mostrando as maravilhas do Nordeste, as fontes de renda que o turismo poderá carrear para aquela região, as portas que ali podem ser abertas para o mundo, o que está errado agora para que isto não esteja acontecendo e o que pode ser feito para "virar" essa situação, o livro ressalta, por último, os benefícios que advirão, para o Nordeste e para todo o Brasil, de uma política de turismo bem orientada naquela região.

Ao registrar o aparecimento desse precioso livro, Sr. Presidente, quero me congratular com o Sr. Richard Civita e com todos os outros Diretores e funcionários da "Comunicações, Lazer, Cultura" pelo lançamento de tão excelente idéia.

Era o que tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Tem a palavra o nobre Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas

Tivemos conhecimento de que caíram algumas chuvas no extremo sul do Piauí, o que, por certo, se constituiu numa esperança para as outras áreas mais distantes e atingidas pela grande estiagem que nos persegue há cinco anos consecutivos. Na nossa capital, Teresina, onde sempre chove, as águas também foram copiosas durante duas horas. Isso não significa, entretanto, que já tenhamos inverno naquela região: apenas representa, para nós, o reforço da confiança que os nordestinos têm em Deus, sua única esperança de salvação.

De modo, Sr. Presidente, que queremos dizer às autoridades constituídas que o nordestino ainda amargará, enfrentando a seca, enfrentando a fome, até o mês de março, se ocorrerem chuvas nas áreas nordestinas, como temos esperança, confiando em Deus.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, neste final de ano, com a aproximação do Natal e do Ano Novo, não sabemos como aqueles que ficaram indiferentes à sorte de milhões de nordestinos poderão ter a consciência tranqüila, pedindo a Deus, nas suas preces, perdão dos seus pecados e felicidades para si e seus familiares. Que Deus que se apade deles. No Nordeste, nossa economia está desarticulada. Tudo é prejuízo. Tudo são conseqüências dessa terrível seca que nos atormenta, nos persegue, nos destrói há 5 anos consecutivos. Entretanto, Sr. Presidente, estamos vendo ainda neste País as obras suntuárias, as mordomias, as viagens ao exterior, enfim, estamos assistindo à indiferença de todos quanto à nossa sorte, quanto ao nosso destino. Isso é lamentável. E ainda mais lamentável porque não temos força para reagir, porque nada podemos fazer, porque, se tivéssemos essa força, já a teríamos empregado em benefício do povo brasileiro que morre no Nordeste. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Com a palavra o Deputado Eduardo Galil.

O SR. EDUARDO GALIL (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A imprensa, de modo geral, vem dando, nos últimos dias, ênfase muito especial ao processo eleitoral pelo voto direto. E vejo muitos políticos de partidos de Oposição tentando impor uma lição democrática a Deputados governistas.

Estranho isso, Sr. Presidente, porque, ao longo da História, nestes vinte anos pós-revolução, tivemos uma Oposição que nunca olhou os meios para atingir o poder. Há alguns anos, vi o ilustre atual Governador de Minas Gerais impor ao Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro a aceitação e aprovação das eleições indiretas para escolha do Sr. Antônio de Pádua Chagas Freitas para o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Assisti, há pouco tempo, a este colégio eleitoral — tachado de ilegítimo porque após um Governo que, segundo eles, vende a soberania nacional — ser oferecido a esse mesmo Governo tão acusado pelo Senador Saturnino Braga, para que desse ao atual Presidente dois anos de prorrogação, através de uma emenda constitucional, cuja defesa era liderada pelo Governador do Rio de Janeiro.

Assim, Sr. Presidente, somando estes fatos àqueles pretéritos que vivi nesta Casa, quando o General Euler Bentes dizia categoricamente, conforme lançado e registrado pelo Movimento Democrático Brasileiro, que a

sua candidatura não era a anticandidatura, como a de Ulysses, que se precaveria para anunciar a derrota numericamente prevista, quando disputara com o Presidente Geisel. Ele não. O Gen. Euler Bentes dizia que a sua candidatura era para valer, porque se assentava numa pseudo-dissidência da antiga Aliança Renovadora Nacional. E eles, então, aceitaram esse método. Se achavam que tinham votos para eleger indiretamente o Gen. Euler Bentes, também tinham votos suficientes, àquela altura, para reformar a Constituição Federal e dar ao povo brasileiro o direito de eleger diretamente o seu Presidente da República.

O Sr. Joacil Pereira — Muito bem!

O SR. EDUARDO GALIL — São contradições e mais contradições que nós, desta tribuna, temos de devolver a essa falsa lição de democracia — seja de que lado venha, até do nosso partido — daqueles que querem mudar as regras constitucionais de um partido que adquiriu seu direito de exercício nas urnas. Então, é bom que se pergunte aos membros da Oposição, caso estivessem na condição em que está o PDS, se iriam abrir mão desse direito ou o executariam. Daí, chego a esta tribuna com a consciência tranqüila, por não estar usurpando o direito maior do povo do meu País. Chego aqui com a certeza de que, hoje, o processo eleitoral direto para essas eleições é inviável por questão de tempo, é inviável por questão de compromisso de um partido com os seus eleitores. Somos um partido majoritário. É simplesmente um casuismo daqueles que já tendo sido derrotados querer mudar as regras do jogo, à semelhança de uma partida de futebol, em que, chegando ao seu final, o time perdedor olha para as arquibancadas e diz: "A maioria torce por nós; então, temos de suspender a partida para disputar em pênaltis". Esses derrotados também fariam a democracia do par ou ímpar, se assim lhes parecesse viável chegar ao poder.

Por isso, Sr. Presidente, devolvo essas falsas lições aos falsos professores de democracia.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Joacil Pereira.

O SR. JOACIL PEREIRA (PDS — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o centenário de nascimento do General Euclides de Figueiredo ocorreu no dia 12 de novembro. Várias manifestações em homenagem àquele ilustre vulto desaparecido da História do Brasil vêm sendo prestadas por entidades, jornais e revistas. E no jornal "Correio Braziliense" de hoje está inserida uma matéria que considero da maior importância para o estudo daquela ilustre personalidade. O título é o seguinte: "Euclides de Figueiredo, textos inéditos." Subtítulo: "Prisioneiro do Estado Novo", e ainda "Dos porões do regime de Vargas, o pai do Presidente escrevia artigos sobre a 2ª Guerra Mundial. Um relato que sairá em livro e que o Correio Braziliense antecipa". O jornalista Dario Macedo, da editoria política desse jornal, escreveu um sucinto comentário sobre o General Euclides de Figueiredo, que continua vivo, bem vivo na admiração dos brasileiros. E para não tomar mais tempo dos Srs. Congressistas, peço a V. Exª que considere como lida toda essa matéria, para inserir nos Anais do nosso Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Deferido.

Cem anos depois do seu nascimento, reverenciado a 12 de novembro último, em todo o Brasil, o nome do General Euclides de Figueiredo, continua vivo. As lições que resultam do seu passado, como jornalista, militar e político e com uma postura coerentemente democrática, permanecem, fazendo escola. Num momento em que cabe a um dos seus filhos, o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, perseguir e conquistar para os brasileiros a concretização de seus ideais democráticos, a Nação

rememora os lances da vida exemplar General Euclides Figueiredo. Não se incorrerá em exagero — até porque tudo se prende a história, portanto, sem concessões — dizer que a figura do revolucionário de 32, do obstinado lutador contra a ditadura de Getúlio Vargas, do homem que pagou com o exílio pelos seus ideais, alcança ainda maior dimensão quando a sociedade brasileira, em conflito, busca caminhos encontrando no passado as diretrizes para o presente e para o futuro.

Preso em 1937, o então Coronel Euclides Figueiredo, graças à sensibilidade do fundador dos Diários Associados, jornalista Assis Chateaubriand, escreveu até 1943 centenas de artigos sobre o desenrolar da 2ª Guerra Mundial. Como foi possível tal façanha?

De um Observador Militar — a 2ª Guerra Mundial vista de dentro de uma prisão do Estado Novo, livro que vai ser editado pela Câmara dos Deputados graças à decisão do seu Presidente, Deputado Flávio Marçílio, comoverá a quantos o lerem. Para a edição do trabalho, em muito contribuíram, também, o professor Guilherme Figueiredo (Reitor da Uni-Rio, cultor da memória de seu pai e, com todos os motivos, um apaixonado pela sua gratificante passagem pela terra), o sociólogo e historiador Vamir Chacon, o professor Caetano Dias, o diretor do Centro de Documentação e Informações da Câmara dos Deputados, Aristeu Gonçalves de Melo.

O lançamento da obra, segundo o Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, Paulo Affonso Martins de Oliveira, seria feito no próximo ano. Para tanto, o Deputado Flávio Marçílio combinará a data com o Presidente João Figueiredo.

É uma obra fascinante, de amor, de coragem, de civismo. Um dos grandes momentos da história brasileira. O **Correio Braziliense** antecipa-se na divulgação de alguns trechos da obra e publica o relato comovente de como Euclides Figueiredo produzia seus artigos, feito pelo escritor Guilherme Figueiredo.

“Durante dias, nada soubemos de meu Pai”

Em “Breve Explicação”, Guilherme Figueiredo conta: — “Quando se deflagrou o golpe de 10 de novembro de 1937, minha Mãe tinha sido operada e estava internada no Hospital da Cruz Vermelha. Na véspera do golpe, investigadores da Ordem Política e Social compareceram ao hospital para prender meu Pai, provavelmente porque ele, como outros tantos homens públicos, poderia tentar alguma reação contra a derrubada do regime democrático. Meu Pai recusou-se a acompanhar os policiais, declarando-lhes que só à força seria arrancado da Cruz Vermelha. Receosos do escândalo, pois o golpe só seria dado após as prisões dos que pudessem obstá-lo, os investigadores se retiraram. Logo que minha Mãe recebeu alta e foi para casa, à Rua Martins Penna, novamente compareceram os tiras. Desta vez meu Pai, da varanda do quarto, gritou-lhes, de revólver em punho, que os receberia a bala. Os tiras se retiraram novamente. O telefone soou pouco depois. Meu Pai atendeu. Falava o Doutor Israel Souto, delegado da Ordem Política e Social, que lhe assegurou não haver prisão, mas simplesmente pedia que meu Pai prestasse declarações na Chefatura de Polícia. Meu Pai acendeu em comparecer, indo num táxi e acompanhado de meu irmão Euclides, então de catorze anos e aluno do Colégio Militar. Chegando à porta do edifício da Rua da Relação, um bando de homens saltou sobre meu Pai, dominou-o para o interior do prédio, enquanto meu irmão era brutalizado na rua. Durante dias nada soubemos de meu Pai...”

“De madrugada um coronel se apresentou com uma ordem de libertação”

Lembra o professor Guilherme Figueiredo que algum tempo depois pôde visitar seu pai no Hospital da Polícia Militar onde ele estava preso juntamente com Otávio Mangabeira e o Capitão Rui Presser Belo — “A curiosa prisão continuou até 11 de maio 1938 quando, de madrugada, um “coronel” se apresentou com uma ordem de libertação de meu Pai, assinada pelo Doutor Israel Souto. O tenente oficial de dia desconfiou da ordem, foi ao telefone para confirmá-la. O “coronel”, um amigo de meu pai, saltou do bonde e desapareceu. Deixou um embrulho, uma farda de coronel. Soube-se depois que a farda se destinava a meu Pai. Foi mandada por Severo Fournier, que já lhe tinha apresentado seus planos de assalto ao Palácio Guanabara, sede do Governo. Meu Pai havia lido esses planos, fazendo-lhe observações à margem. Falhada a intenção, promovida por integralistas dissidentes de Plínio Salgado e seguidores de Belmiro Valverde, de sociedade com oficiais não-integralistas e contrários à Ditadura fascitóide, como Severo Fournier e outros, estava Euclides de Figueiredo, o ex-comandante do Movimento Constitucionalista de São Paulo e membro do grupo que apoiava a candidatura Armando Salles de Oliveira, apontado como chefe e mandante do assalto... Transferiram-no para a Casa de Correção, onde permaneceu incomunicável durante meses”.

“Euclides de Figueiredo foi proibido de, na prisão, ler o ‘Vermelho e o Negro’”

E prossegue Guilherme: — “Contra ele e os assaltantes do Palácio Guanabara correu então um processo execrado no Tribunal de Segurança Nacional, aberração jurídica formada por julgadores subservientes e promotores servis, instalado num prédio doado para ser uma escola pública, a Escola Barth, e sumariamente desviado de sua finalidade. Ali tinha sido condenado Luiz Carlos Prestes, ali outros rebeldes, de todos os matizes, recebiam sentença sem comparecer perante os julgadores, que já traziam no bolso os julgamentos prontos.

Meu Pai foi condenado a quatro anos de prisão. Fui orientado pelo benemérito advogado Sobral Pinto, o seu inútil defensor, com direito a falar cinco minutos numa tribuna cercada de metralhadoras da Polícia Especial. A pena incluía a perda da patente de militar, o que significava dar o preso como morto e garantir pensão de viúva para minha Mãe e qualidade de alunos-órfão para meus irmãos Euclides e Diogo no Colégio Militar. E para meu Pai iniciou-se um regime de severidade e torpezas, presididas pelo diretor da Casa de Correção, o “major” Vitorio Canepa — curiosamente ex-sargento do 1º Regimento de Cavalaria, que me ensinou equitação quando eu era menino e obteve, graças a um pedido meu a meu Pai, o seu comissionamento no posto de tenente. Meu Pai, por sua independência de espírito e pelo respeito que impunha, tornou-se na prisão uma espécie de conselheiro moderador entre as facções e grupos ali encarcerados, os comunistas, os integralistas e até os criminosos comuns que se aproveitaram da confusão para se rotular “criminosos políticos”. De 1938 a 1941, meu Pai permaneceu na Casa de Correção. Durante esse tempo, sua distração eram os livros que passassem pela boçal “censura” que impedia a entrada do **O Vermelho e o Negro**, de Stendhal, por ser até pelo título, comunista ou o **Calcul Differential-et Integral**, de Granville, por ser evidentemente integralista”.

Recorda Guilherme Figueiredo que as dificuldades de dinheiro rondavam a casa de seus pais e que um tio, Leopoldo, mandava uma ajuda que o atual Reitor da Uni-Rio suplementava com seu trabalho em **O Jornal e Diário de Notícias** e as revistas **Vamos Ler** e **Carioca**.

“E Assis Chateaubriand imaginou contar com as análises de Euclides sobre a Guerra”

— “Sobrevindo a guerra — continua Guilherme de Figueiredo —, Assis Chateaubriand imaginou que meu Pai poderia mandar-lhe colaboração técnico-militar, comentários do dia-a-dia da luta entre aliados e nazi-fascistas. Meu Pai aceitou. Começou, então, um curioso e estranho tráfego: os artigos escritos em letra miúda, meu Pai os dobrava até ficarem menores que uma caixa de fósforo, e era dentro do meu sapato ou postos sub-repticiamente no meu bolso, dentro do meu sapato quando eu cruzava a perna durante as visitas, no parlatório da Penitenciária, que saíam pelo portão. Em casa eu decifrava e os datilografava. As dificuldades desse contrabando, a sua irregularidade provocada pelas suspensões de visitas, proibições de toda ordem, as perversidades com que o diretor da Casa, seus prepostos e guardas mentiam ao anunciar a meu Pai que “ninguém da família tinha aparecido à portaria”, tudo explica as falhas da periodicidade da colaboração. Não poucas vezes, para assegurar uma aparente assiduidade, eu próprio escrevia alguma coisa de óbvio sobre alguns acontecimentos de guerra, com a menção de autoria: “De um Observador Militar”. Outras vezes, os assuntos vinham de uma ou outra conversa esclarecida, embora laica. Nesses artigos há “inspirações” de Mário de Andrade, de Barreto Leite Filho, de Osório Borba. Mas havia sempre a obediência ao cuidado de meu Pai, de manter ao máximo a objetividade do comentário, apoiado no noticiário, ouvindo um pequeno rádio e dos jornais que deixavam ler (**O Jornal**, **O Correio da Manhã**, **O Globo**), que, curiosamente, passavam de sua cela à de Luiz Carlos Prestes e vice-versa, com essa incrível facilidade com que sempre falham os sentinelas e cêrberos, facilidades graças à qual o jovem galã acabava casando-se mesmo com a jovem de seus sonhos”.

Assegura Guilherme que a idéia do coronel Euclides era ater-se aos fatos e que, apesar da escassez de informações, ele se valia dos conhecimentos adquiridos na sua carreira militar. Em 1941, Guilherme conseguiu que seu pai fosse transferido da Casa de Correção para a Fortaleza de Santa Cruz. Ali o seu comandante, Seno Esylac Leal e sua oficialidade trataram o prisioneiro com todo o respeito. Em 1942, foi obtido um livramento-condição “despachado milagrosamente pelo Tribunal de Segurança”. Mas nem tudo estava acertado: o presidente do Conselho Penitenciário, Lemos de Brito, não quis cumprir a medida alegando ter ordens em contrário do Ministro da Justiça, Francisco Campos. Guilherme dirigiu-se ao então Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Tem a palavra o nobre Deputado Hélio Manhães.

O SR. HÉLIO MANHÃES (PMDB — ES. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é-nos impossível calar diante das colocações, até certo ponto injustas, do ilustre Deputado Eduardo Galil, do PDS, ao relatar no seu pronunciamento uma série de fatos que compõem o processo político eleitoral brasileiro, procurando dentro do seu campo de análise, localizar alguns pontos que consideramos inexpressivos diante da ação expressiva que se desenvolveu ao longo de vinte

anos de trabalho da Oposição, trabalho esse, Sr. Presidente, que, como todos vêm acompanhando, tem sido a luta indomita de Lideranças que sempre acreditaram na História deste País. E para que todos entendam o valor das Oposições, elas podem ser consideradas até fiadoras e avalistas, em grande parte, da redemocratização deste País, por acreditarem sempre nas regras do jogo, as quais, Sr. Presidente, invariavelmente mudavam ao sabor do arbítrio e da violência. Ao longo de vinte anos, suportamos os atos das cassações indiscriminadas, as estreitezas dos caminhos que enfrentamos, com os Governadores nomeados, com companheiros sem direito a voz no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais. Resistimos a tudo, acreditando sempre na democracia. E podemos dar o exemplo que foi uma vergonha para este País: o "pacote" que o Presidente Gersel baixou, nomeando até Senadores da República, sempre impedindo a voz das Oposições, com censura à Imprensa ou coisa que o valha. Pois nós tudo enfrentamos, Sr. Presidente, para conquistar nove Governos de Estados, pelo processo do voto direto, nas áreas mais politizadas do País.

Daí por que, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não podemos aceitar que comportamentos isolados, no imenso quadro da história da Oposição, possam invalidar a nossa luta, nem que se queira definir como falsa democracia ou democracia do casuísmo a luta que estamos travando para eleições diretas do Presidente da República. Esta luta não é do PMDB, é de todo o País, até mesmo de grandes setores do próprio PDS e do próprio Presidente da República, que, no outro dia, disse que concorda com a eleição direta. É luta do PMDB, porque está no nosso programa, está no nosso estatuto a eleição direta para Presidente da República, e nós não admitimos que um companheiro nosso, do PMDB, queira agir diferente. Somos até radicais neste ponto, Sr. Presidente. Não somos por uma via consensual de negociação de transição de coisíssima nenhuma, somos, sim, e sempre fomos, ao longo de 20 anos, pela eleição direta de Presidente da República, hoje, amanhã, depois de amanhã, porque há 20 anos pregamos eleição direta para Presidente. A Constituição da República não é intocável; é dinâmica, é mudada todos os dias. E se se tiver de modificar o texto da Constituição para termos eleição direta de Presidente da República, isso constituirá um ato de justiça do Congresso Nacional, porque nada mais estará fazendo senão atender ao clamor nacional, atender ao povo brasileiro.

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Sobre a mesa comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, 28 de novembro de 1983

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Jutahy Magalhães, pelo nobre Sr. Senador João Lúcio, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 17, de 1983 (CN) que "define os crimes contra a Lei de Segurança Nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Aloysio Chaves** — Líder do PDS.

Brasília, 29 de novembro de 1983

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos

fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Pedro Simon, pelo nobre Sr. Senador Fernando Henrique Cardoso, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 17, de 1983-CN, que "define os crimes contra a lei de segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Senador **Humberto Lucena** — Líder do PMDB.

Ofício nº 295/83. Brasília, 29 de setembro de 1983.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Deputado João Gilberto foi indicado por esta Liderança para substituir o Deputado João Cunha na Comissão Mista encarregada de estudar e dar parecer sobre a Mensagem nº 135, de 1983-CN, que "define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alto apreço e distinta consideração.

Freitas Nobre, Líder do PMDB

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas neste plenário, destinada à apreciação das Mensagens nºs 126 e 127, de 1982-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.061 e 2.062, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão Mista de Orçamento em seu Parecer nº 196, de 1983-CN) do Projeto de Lei nº 7, de 1983-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1984/1986.

Nos termos do art. 103 combinado com o art. 101, parágrafo único, ambos do Regimento comum, a redação final independe de discussão.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a redação final, o projeto vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — **Item 2:**

Votação, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão Mista de Orçamento em seu Parecer nº 204, de 1983-CN) do Projeto de Lei nº 8, de 1983-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1984.

Nos termos do art. 101, parágrafo único, do Regimento Comum, a redação final independe de discussão.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a redação final, o projeto vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — **Item 3:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 27, de 1983-CN, pelo qual o Senhor Deputado Elquis-

son Soares solicita a anexação da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1983, à de nº 7, de 1983, ambas em tramitação, por tratarem de matéria semelhante (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 279, III, c, 8, do Regimento Interno do Senado, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum).

O Sr. Joacil Pereira — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Para encaminhar a votação, tem a palavra o nobre Líder do PDS.

O SR. JOACIL PEREIRA (PDS — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS vota contra o requerimento. O nobre Deputado Elquisson Soares, invocou o art. 282 do Regimento Interno do Senado, primeiro subsidiário do Regimento Comum, e solicita que a Proposta de Emenda à Constituição nº 31/83, seja anexada à de nº 7/83, de autoria do ilustre Deputado Heráclito Fortes, também do PMDB.

Não nos parece conveniente a anexação, pois, para o exame das propostas, foram designadas Comissões Mistas distintas, que só se extinguem ao término da tramitação da respectiva matéria. Anexada, uma dessas Comissões teria de ser compulsoriamente extinta, por haver perdido sua finalidade.

Acresce que a Proposta nº 7 já está instruída com parecer tendo figurado por duas vezes em ordem do dia, na última das quais foi encerrada a sua discussão, enquanto a Proposta nº 31 se encontra ainda em estudo na Comissão Mista constituída para exame da matéria.

Por esta razão, o meu Partido vota contrariamente ao requerimento.

O Sr. Hélio Manhães — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro verificação de votação, para o prosseguimento da sessão, nos termos do § 2º art. 29 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — É evidente a falta de "quorum".

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 25 minutos.)

Ata da 393ª Sessão Conjunta, em 29 de novembro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Almir Pinto

ÀS 19 HORAS E 5 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Mário Maia — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castello — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Carlos Alberto — Dinarte Mariz — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Afonso Camargo — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS**Acre**

Alécio Dias — PDS, Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS, Geraldo Fleming — PMDB, José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB, Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB, Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS, Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS, Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB, Orestes Muniz — PMDB, Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS, Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edson Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS, Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS, Nagib Haickel — PDS; Pedro Novais — PMDB, Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS, Ciro Nogueira — PMDB, Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS, José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB, Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS, Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS, Haroldo Sanford — PDS, Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS, Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS, Ossian Araújo — PDS, Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS, Wanderley Mariz — PDS

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS, Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS, Ernani Satyro — PDS, Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB, José Maranhão

— PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB, Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB, Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB, João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB, Miguel Arraes — PMDB, Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS, Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS, Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB, Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonó — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS, Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS, Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB, Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS, Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Franca Teixeira — PDS, Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB, Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS, Haroldo Lima — PMDB, Hélio Correia — PDS, Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS, Leur Lomanto — PDS; Manoel Novais — PDS, Marcelo Cordeiro — PMDB, Ney Ferreira — PDS, Prisco Viana — PDS, Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS, Virgildásio de Senna — PMDB, Wilson Falcão — PDS

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB, Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB, Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT, Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS, Arildo Teles — PDT; Aroldo de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB, Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT, Darcílio Ayres — PDS; Dado Coimbra — PMDB, Dêlio dos Santos — PDT, Denisar Arneiro — PMDB, Eduardo Galil — PDS, Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS, Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT, JG de Araújo Jorge — PDT, Jorge Cury — PTB, Jorge Leite — PMDB, José Colagrossi — PDT, José Eudes — PT, José Frejat — PDT, Lázaro Carvalho —

PDS; Léo Simões — PDS, Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB, Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS, Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS, Sebastião Ataíde — PDT, Sebastião Nery — PDT, Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT, Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS, Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB, Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS, Humberto Souto — PDS, Israel Pinheiro — PDS, Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB, Jorge Carone — PMDB, Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS, José Maria Magalhães — PMDB, José Mendonça de Moraes — PMDB, José Ulisses — PMDB, Juarez Batista — PMDB, Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Duler — PT, Luiz Baccarini — PMDB, Luiz Guedes — PMDB, Luiz Leal — PMDB, Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB, Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB, Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS, Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB, Raul Belém — PMDB, Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS, Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB, Vicente Guabiroba — PDS, Wilson Vaz — PMDB

São Paulo

Adail Vettozzzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT, Alberto Goldman — PMDB, Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT, Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB, Del Bosco Amaral — PMDB, Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS, Doreto Campanari — PMDB, Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB, Ferreira Martins — PDS, Flávio Bierrenbach — PMDB, Francisco Amaral — PMDB, Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB, Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS, Herbert Levy — PDS, Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novais — PMDB; Ivete Vargas — PTB, João Bastos — PMDB, João Cunha — PMDB, João Herrmann — PMDB, José Camargo — PDS, José Genoino — PT, Malufy Neto — PDS, Marcelo Gato — PMDB, Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB, Mario Hato — PMDB, Mendes Botelho — PTB, Mendonça Falcão — PTB; Natal Gale — PDS, Nelson do Carmo — PTB, Octacílio de Almeida — PMDB, Paulo Maluf — PDS, Paulo Zarzur — PMDB, Raimundo Leite — PMDB, Renato Cordeiro — PDS, Ricardo Ribeiro — PTB, Roberto Rollemberg — PMDB, Ruy Codo — PMDB, Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS, Samir Achoua — PMDB, Theodoro Mendes — PMDB, Tidei de Lima — PMDB, Ulysses Guimarães — PMDB

Goiás

Aldo Arantes — PMDB, Brasília Canado — PDS, Fernando Cunha — PMDB, Genésio de Barros — PMDB, Ibsen de Castro — PDS, Iram Saraiva — PMDB, Irapuan Costa Junior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB, Jaime Camara — PDS, Joaquim Roriz — PMDB, Juarez Bernardes — PMDB; Onísio Lu-

dovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Matô Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Matô Grosso do Sul

'Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB, Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB, Ruben Figueiró — PMDB, Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB, Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB, Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Arol-do Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS, Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS, José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS, Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS, Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS, Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB, Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB, Renato Johnson — PDS, Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS, Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS, Casildo Maldaner — PMDB; Duceu Carneiro — PMDB; Eptácio Bittencourt — PDS, Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB, João Paganella — PDS, Luiz Henrique — PMDB, Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB, Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS, Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT, Amaury Müller — PDT, Augusto Fiem — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS, Floriceno Pavao — PDT, Guido Moesch — PDS, Hermes Zaneti — PMDB, Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB, Irineu Colato — PDS, João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB, José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB, Lélis Souza — PMDB, Matheus Schimidt — PDT, Nadyr Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS, Nilton Alves — PDT; Oly Facchin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS, Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS, Paulo Guerra — PDS

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Julio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 56 Srs. Senadores

e 467 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas,

Duas fortes razões me trazem a esta tribuna nesta noite, a saber:

Albert Sabin, o mundialmente conhecido criador da vacina oral contra a paralisia infantil que praticamente acabou com esse mal em todo o mundo, está paralisado.

É, sem dúvida, uma triste ironia do destino. O homem que salvou milhares e milhares de seres humanos da morte e de uma paralisia terrível, está paralisado. E assim ficou justamente quando trabalhava em outra vacina, contra o sarampo.

Esse grande benemérito da Humanidade, cientista dedicado e dos mais capazes, com já 77 anos bem vividos, lúcido, cheio de amor por seu semelhante, após submeter-se, em 5 de agosto último, a uma cirurgia destinada a aliviar uma pequena pressão na coluna, sentiu-se impossibilitado de andar e, agora, nem pode ficar sentado na cama.

Em seu leito, no Instituto Nacional de Saúde, em Washington, esse grande homem, como que inconformado, comentou: "É muito estranho ter estudado a causa de diversos tipos de paralisia durante meio século e acabar paralisado".

Não são palavras de revolta contra o destino, ou contra Deus, mas de inconformismo natural de um homem consciente e puro, expressado de forma simples. Revela toda a sua grandiosidade de pessoa simples, a quem tanto deve a Humanidade, uma das maiores autoridades científicas que o mundo já conheceu.

Devemos lembrar-nos de que o Professor Albert Bruce Sabin, além da vacina contra a poliomielite, descobriu as vacinas contra a encefalite e a dengue; além de estar desenvolvendo a vacina contra o sarampo, investiga a possível relação entre os vírus e alguns tipos de câncer.

Quero, nessa oportunidade, prestar a homenagem de um pai agradecido a essa figura ímpar, um dos raros exemplos humanos em que a grandiosidade vem em um frasco de muita humildade, à personalidade do Professor Albert Bruce Sabin. Quero levar a esse sábio e justo minha solidariedade nessa hora de incerteza e sofrimento.

Outro assunto, Sr. Presidente: o título do excelente artigo que o "Jornal do Brasil" publicou em sua edição de 20 de novembro é, por si só, um chamariz para o leitor: "Trabalhar com a didática da escassez". E o nome do autor é uma garantia: nada menos do que o Professor José Aristodemo Pinotti, Professor titular e Reitor da Universidade Estadual de Campinas.

O reputado educador e louvado Reitor da Universidade Estadual da minha terra aborda um tema que ocorre ao brasileiro comum, preocupado com o futuro do nosso País, tal seja que destino estará reservado à Universidade, no Brasil.

O Professor Pinotti faz a si próprio a indagação:

"Afinal de onde, senão das universidades, saem os homens que gerenciam os nossos negócios, e que espécie de cartilha estão a seguir senão a cartilha preparada nas Universidades?"

Antes de prosseguir neste estudo-resumo do belo trabalho, ousei dizer, Sr. Presidente, que V. Ex.^a prestaria inestimável serviço a todos os estudiosos do Parlamento se mandasse publicar, como parte deste pronunciamento todo o teor do artigo a que me refiro, e que junto a este discurso.

Leio o artigo e me entusiasmo com o espírito cheio de esperança e com o largo coração cheio de sonhos com

que o articulista enfrenta o sombrio panorama em que todos nós vemos envolvidos.

Ei-lo, de corpo inteiro:

"Há os que vêm na crise — e me coloco entre esses — um importante fator de renovação, porque é quando os recursos mais escasseiam que a inteligência ousa encontrar soluções mais criativas, capazes exatamente de trabalhar com a didática da escassez. Em períodos de extrema dificuldade conjuntural, como no nosso, e sempre à margem de soluções milionárias, é que algumas universidades secularmente exemplares, da Europa e da América, deixaram de andar a reboque da história para assumir a vanguarda dos acontecimentos".

Formando, como formo, entre os que acreditam na força da inteligência e no poder de realização da vontade, rejubilo-me com a lição de otimismo do Professor José Aristodemo Pinotti, cujo espírito esclarecido e vibrátil antevê dentro deste universo de dificuldades a própria matriz de soluções que temos de encontrar, porque estão em jogo todos os supremos interesses do Brasil.

É múltipla e variada, diversificada e básica a destinação plural das universidades, cujos centros nervosos atuam, necessariamente, em todas as atividades sociais.

Penso, em síntese, como o Professor José Pinotti, ou seja, que "isso deve significar a universidade na posse progressiva de sua autonomia, debruçada sobre problemas pertinentes ao meio a que serve, e desempenhando com objetividade suas funções em relação ao ensino, à pesquisa e à prestação de serviços".

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no dia 29 de outubro, em Caxias do Sul, foram inauguradas as três portas, de bronze, da Igreja São Pelegrino. A respeito da solenidade e da inigualável obra artística da Igreja de São Pelegrino e de seu mentor, Padre Eugênio Giordani, assim se manifestou o escritor, historiador e jornalista Mário Gardelin:

"A solenidade coroa um longo trabalho, iniciado há quarenta anos, quando foi lançada a pedra fundamental do templo. Seu vigário, o Padre Eugênio Ângelo Giordani, homem de formação clássica, profundo teólogo e entusiasta da arte, decidiu, ao assumir a paróquia como seu primeiro vigário, que a Igreja seria dotada de obras de arte que "aproximassem a Deus".

A Igreja possui dezenas de obras de autoria do pintor Aldo Locatelli, destacando-se a criação do mundo e do homem a Expulsão do Paraíso Terrestre, o Juízo Final, a Sagrada Ceia, a Via Sacra etc. As pinturas, no seu conjunto, são um verdadeiro tratado de teologia e de pastoral.

O Papa João Paulo II, homenageando o Centenário da Colonização Italiana no Brasil, doou, em 1975, para a Igreja de São Pelegrino, uma réplica de Pietá de Michelangelo Buonarroti, enriquecendo assim, de forma indubitável, o acervo artístico da mesma.

As portas, obras de monumental beleza, obedecem também a uma temática bem definida. A Igreja de São Pelegrino situa-se no antigo "Campo dos Bugres", pequena clareira, na floresta de araucárias, onde, há séculos, periodicamente acampavam, alguns meses por ano, os indígenas. Aí se iniciou o povoamento da cidade, com a fixação dos primeiros imigrantes italianos que, de 1875 a 1914, vieram, ao Rio Grande do Sul, em número de 70.000.

As portas registram, em bronze, a viagem, a conquista do solo, a formação das comunidades e os sa-

crifícios que as circunstâncias impuseram aos pioneiros. Uma das portas exalta a ação dos estadistas do império brasileiro, sob a denominação de "Justiça". Outra, chamada do "Amor", apresenta a família como um dos grandes valores deixados pela imigração. A do centro "é a da paz". As três portas — Paz, Amor e Justiça, obedecem ao lema: a paz é fruto da justiça e do amor. A da Justiça exalta ainda a solidariedade internacional: quando o Brasil abriu suas fronteiras aos italianos, além de ter interesses específicos, fez um gesto de visão internacional, numa solidariedade que merece a exaltação do bronze.

O ARTISTA

A concepção e execução da obra, em gesso, coube a Augusto Murer, um dos nomes de maior evidência da arte italiana e européia. Reside na localidade de Falcade, província de Belluno, Região do Vêneto, Itália. Daí, partiram numerosos imigrantes, em 1875.

A inspiração baseou-se em documentos oficiais e particulares, em que está detalhada a epopéia da imigração. Murer impressionou-se vivamente com as narrativas dos homens de 1875. Sentiu em suas singelas palavras a busca da terra da promessa. Deu-lhe, por isso, um toque bíblico.

A narrativa inicia na bandeira da porta central: uma bandeira, que recorda a Cruz da Ordem de Cristo (presente no descobrimento do Brasil) separa duas imagens: a vida sedentária e monótona da Itália do século passado, e a viagem para o Novo Mundo, com a presença confortadora da Igreja, representada pelos sacerdotes. Murer faz sentir que os imigrantes, ao incorporar milhares de quilômetros quadrados de solo gaúcho ao progresso nacional, deram continuidade à gloriosa página do descobrimento.

Numa seqüência de imagens, dotadas de movimento e expressividade, Augusto Murer destaca os imigrantes inseridos no Novo Mundo, a conquista da terra, a subjugação da floresta, os sacrifícios — que custaram vidas — e os êxitos correspondentes. Um quadro dá destaque à fraternidade existente entre os imigrantes e os gaúchos, representados pela figura simbólica de Ana Rech — proprietária de uma pousada no município de Caxias — e os serranos, estes figurados num homem de poncho.

A seqüência de quadros termina destacando berços floridos.

A porta da Justiça recorda explicitamente a divisão das terras — em 17 léguas, da primeira colônia italiana, fundada pelo Governo Imperial, no Rio Grande do Sul: a de Caxias."

As portas foram fundidas em Caxias do Sul, na Siderúrgica Tomé Ltda., sita no distrito de Ana Rech. Os trabalhos foram dirigidos pelo Mestre Miguel Angel Laborde, de Montevideu, e com formação florentina. A pátina foi aplicada pela Metalúrgica Eberle S.A.

As solenidades de inauguração, em 29 de outubro último, foram presididas pelo Núncio Apostólico no Brasil e contaram com a presença do Governador do Estado Dr. Jair Soares; e do Ministro Substituto da Educação, Dr. Sérgio Mário Pasqualli; do Bispo Diocesano de Caxias do Sul, D. Paulo Moretto; de representantes do episcopado rio-grandense, entre os quais o Arcebispo D. Cláudio Colling; de Augusto Murer, que veio da Itália com uma caravana de oitenta pessoas, composta de prefeitos, artistas, presidentes de Província, jornalistas e líderes do mundo emigrante.

Estivemos presentes à solenidade, juntamente com nosso colega e companheiro, Deputado Nelson Marchezan, e os Deputados Estaduais Valmir Susin e Francisco Spíandorello.

Fomos distinguidos com a honra de falr em nome da comunidade, exaltando o significado das solenidades, da obra, e das presenças, ocasião que colhemos igualmente para destacar o trabalho inigualável do Padre Eugênio Giordano, como Pastor, quanto como cidadão, homem voltado à promoção da pessoa humana em todas as suas dimensões, espiritual e moral, social, política e econômica, e principal responsável por toda a obra representada na Igreja de São Pelegrino.

Dado o reconhecimento do Governo do Estado à benemerência do trabalho do Padre Eugênio Giordani, o Governador Jair Soares condecorou, na ocasião, aquele dedicado Sacerdote, com a Medalha Negrinho do Pastoreiro, com a qual o Governo do Estado homenageia aqueles que mais se destacaram na defesa e promoção social da pessoa humana.

As portas dão uma valorização maior ao conjunto artístico da Igreja de São Pelegrino, um dos locais mais visitados de Caxias do Sul. Diariamente, caravanas se deslocam ao Bairro de São Pelegrino, para apreciar as pinturas de Aldo Locatelli, o relógio floral, a eça eletrônica e o próprio templo. As empresas de turismo programam a visita como um dos pontos altos na viagem ao Sul do País.

O Padre Eugênio Ângelo Giordani destacou o sentido religioso da solenidade. Situa-o dentro das mensagens do Ano Santo, quando as portas da Basílica de São Pedro se abrem numa mensagem de fé e de perdão.

A emigração italiana, no Rio Grande do Sul, constitui-se numa página brilhante da História do Brasil, em que os anseios e objetivos do Governo de Pedro II se tornaram realidade, graças ao trabalho heróico dos povoadores de 1875. As portas de São Pelegrino imortalizam essa página de vida nacional.

O evento merece o registro nos Anais desta Casa. Disse.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Genóino.

O SR. JOSÉ GENÓINO (PT — SP. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria nesta sessão do Congresso, de prestar minha homenagem ao grande homem que foi Teotônio Vilela. Falar de Teotônio Vilela é falar das principais lutas que vivemos nos últimos anos. Conheci Teotônio Vilela na campanha da anistia, quando Teotônio percorreu os presídios, entrou em contato com os presos políticos da época, conversou e ouviu relatos. Conheci Teotônio assumindo uma posição avançada, naquela ocasião, com relação à anistia ampla, geral e irrestrita — o Teotônio Vilela das greves do ABC, quando firmemente se colocou contra a repressão policial, apoiou, com elas se solidarizando, as reivindicações dos metalúrgicos em greve, no profundo respeito que teve para com a luta e a decisão dos nossos operários.

Teotônio Vilela viveu intensamente o seu momento político, a sua conjuntura; interpretou, nesse momento, as circunstâncias do seu tempo e morreu levantando bem alto as aspirações do nosso tempo. Por isso, é sintomático que, na homenagem a Teotônio Vilela, houvesse mais de trinta mil pessoas. Na verdade, a morte de um homem como Teotônio Vilela significa o fortalecimento de muitas das idéias, que já no final da sua vida, peregrinando pelo Brasil agora, semeou, firmando posições coerentes e de muita dignidade. No meu entender, prestar homenagem a um homem como Teotônio Vilela, que sabia dialogar, que sabia respeitar, que sabia conviver com as divergências, que sabia ouvir e discutir, é, acima de tudo, afirmar, neste momento, o nosso compromisso com a luta pela liberdade e pela democracia, neste País.

Quero lembrar, outrossim, que, já no final da sua vida Teotônio Vilela teve uma posição intransigente, ao anunciar publicamente ser contra qualquer atitude de conciliação com este Governo. Teotônio Vilela já com

um físico bastante deteriorado, no final de sua vida, ainda conseguiu reunir energias bastantes para antever horizontes, sobretudo numa época conturbada e de crise como a que enfrentamos. Essa a homenagem que presto a Teotônio Vilela. Associo-me a todos os que sentem a sua morte, em especial à família do grande Senador de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Teotônio Vilela "o menestrel da democracia", morreu. Todos nós, políticos líderes dos trabalhadores, ex-presos políticos, intelectuais e artistas, o povo, e até seus opositores, hoje choramos a perda irreparável desta maravilhosa figura humana.

Nossa dor não se resume no fato de haver morrido um homem: sabemos muito bem que todos nós que lutamos por liberdade perdemos um valente companheiro de luta. Perdemos, como diz o poeta Milton Nascimento, um viajante que espalha esperança, que fala de rebelião como quem fala de amor, que fala a linguagem do povo, que é um peregrino a caminhar sem parar, um poeta que ninguém pode calar.

Hoje, ele está calado. Mas ficarão para sempre, como exemplo suas idéias, a esperança que sempre pregou e a semente que tão incansavelmente semeou em cada esquina, em cada lar, em cada cidadão. Essas idéias nunca morrerão enquanto houver injustiças e miséria em nosso País.

Fica o exemplo de amor, esperança, trabalho, audácia, coragem e autenticidade.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero registrar também, nesta oportunidade, a matéria publicada pelo "DF Repórter", em homenagem ao Senador Teotônio Vilela, que achamos da mais alta importância, para que fique registrada nos Anais do Congresso Nacional, por retratar com fidelidade o que foi, o que é e o que sempre será para o Brasil, para os democratas, a figura inesquecível de Teotônio Vilela.

"TEOTÔNIO Necrológico fora do noticiário

Alma de fidalgo, coração curtido como o Nordeste, temperamento generoso e arrebatado, sempre pronto a sonhar os sonhos de mil devaneios. Aristocrata nos sentimentos, rude e simples nas reações. Foi assim que viveu Teotônio Vilela, o mais apaixonado dos devotados da Política e do Brasil. Capaz de se enternecer com um sorriso e de se indignar com um gesto, Teotônio, político sem mandato, dilacerado pela doença, deixou, com a incomparável resignação de seu estoicismo, uma legenda de bravura atrás de si. A Política não verá mais nenhuma paixão como a sua.

Buscou sua audiência

Mais que um político, foi um poeta. Indiferente a conveniências, sonhou em vida todos os sonhos impossíveis, com a obstinação de sua fibra indomável. Quando começou o caminho de sua dissidência, no Senado, onde seu próprio partido se recusava a ouvi-lo, Teotônio não se desesperou — foi falar ao Brasil. Os últimos anos de sua atuação não foram os de um político nem os de um parlamentar; era um pregador de esperanças. Não se abateu com nenhum dos muitos revezes que sofreu: pela ação, pela palavra e pelo exemplo, combateu em todas as frentes, inflamado pela solidariedade anônima do povo em que semeou esperanças. Pregou tudo em que acreditava: a restauração democrática e o devotamento sem limites ao País, foram as suas duas últimas cruzadas. Morreu acreditando nelas, como acreditou na vida.

Trocou tudo pela praça

Muitos não puderam entender quando trocou as alcatrãs roxas do Senado pela poeira batida das estradas. Terçou armas ao lado dos grevistas de Santo André, devassou celas e prisões, arremeteu com des-sambro pelos confins do Araguaia. Entre os seus legados, ficam horas e horas de gravação que pacientemente ouviu dos sertanejos abatidos pela seca e pela miséria, quando o quadro terrível da desgraça do Nordeste ainda não tinha conquistado as galas da televisão. Na verdade, não era um caminho inédito. Quando fez esta opção, Teotônio estava apenas voltando às suas próprias origens, de boiadeiro sem rumo, de sertanejo sonhador. Foi assim, em contato com os que lhe tocavam as vestes, que ele adquiriu força para vencer a adversidade, desafiar o câncer e abrir duros e rijos golpes, o 2º lugar que ganhou na História política do Brasil."

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dionísio Hage.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os industriais do ferro do Estado do Pará estão apreensivos com as consequências de recentes modificações que a SIDERBRÁS introduziu nos critérios de faturamento de seus produtos para as empresas do Norte do País.

Em face das peculiaridades e justificativas apresentadas pelo Presidente do Sindicato da Indústria do Ferro do Estado do Pará, Sr. Expedito Lobato Fernandez, hipoteco integral apoio à reivindicação de que a nova sistemática seja imediatamente reconsiderada, a fim de evitar maiores prejuízos às empresas do ramo e à própria economia regional.

Para conhecimento do Plenário, transcrevo o teor do telex enviado ao Ministro da Indústria e do Comércio a propósito do assunto:

"Temos a honra de nos dirigir a Vossência a fim de fazer um apelo no sentido de que sejam reconsideradas recentes medidas da SIDERBRÁS consideradas danosas à economia das empresas metalúrgicas localizadas em nosso Estado. Empresas localizadas no Norte têm suas entregas defasadas de pelo menos 10 dias entre faturamento e a efetiva disponibilidade da matéria-prima. Visando evitar tal distorção a SIDERBRÁS vinha adotando política diferencial de prazos de faturamento concedendo 30 dias para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e 60 dias sem acréscimo para os demais Estados. Ultimamente de forma progressiva referido fator de equilíbrio vem sendo eliminado, sendo que a partir do mês de outubro um aditamento à Circular GEVN-026/83 de 15-09-83 acordo quarto parágrafo referida Circular autoriza acréscimo financeiro de venda a prazo: 30 dias 10,5 por cento e 60 dias 21,0 por cento. Nessas condições torna-se inviável a sobrevivência da indústria metalúrgica regional, responsável por mais de 5.000 empregos diretos. Certos das providências desse Ministério junto à SIDERBRÁS para que sejam retomados os procedimentos primitivos, compatíveis com as necessidades regionais, agradecemos antecipadamente. Respeitosas saudações. Expedito Lobato Fernandez. Presidente do Sindicato da Indústria do Ferro do Estado do Pará."

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apelo ao Ministro Camilo Penna e ao Presidente da SIDERBRÁS, no sentido de reverem as condições de faturamento para as empresas metalúrgicas da região Norte, tendo em vista sua importância para a economia local, inclusive no que diz respeito à manutenção do nível de emprego.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nobres Srs. Congressistas, São Paulo iniciou, na semana passada, um grande movimento pró-eleições diretas para Presidente da República. Nasceu um manifesto dos Governadores, assinado no "Palácio dos Bandeirantes"; congregou Governadores das Oposições, quase todos presentes, outros representados. Em seguida, no Pacaembu, na Praça Charles Miller, houve uma concentração popular do mais alto valor cívico, congregando líderes sindicais, PRÓ-CUT, CONCLAT, sindicato de operários, partidos políticos. Agora, nasceu o movimento popular para eleições diretas para Presidente da República, levando São Paulo para um contexto histórico que faz lembrar o seu passado de lutas intensas pela redemocratização do País. Não me vou referir à História, eis que, nesses minutos tão poucos não dá para trazer à lica o movimento da redemocratização do País, Movimento Constitucionalista de 1932, para dar um exemplo, mas posso afirmar, Sr. Presidente, é nobres Srs. Deputados e Senadores, que a chama acesa em São Paulo há de se alastrar pelo País. É preciso convencer os representantes do partido do Governo, com assento nesta Casa do Congresso, de que há clamor nas ruas, que há clamor nas fábricas, há clamor nas escolas, há clamor nos hospitais, clamor que certamente vencerá este Congresso a alterar as regras contidas na Constituição vigente. O argumento, Sr. Presidente, de que as regras do jogo não podem vir a ser alteradas constitui, no meu espírito, uma espécie de heresia. Na verdade, em passado não muito remoto, ao apagar das luzes da legislatura passada, o rolo compressor do Partido Democrático Social, com maioria absoluta e esmagadora, impingiu à Nação casuísmos sobre casuísmos, capazes de levar à República Brasileira um amontoado de leis, até constitucionais, emendadas para que deflagrássemos, nas eleições de 15 de novembro de 1982, a remodelação, a reconstituição e a recondução de ilustres Senadores e Deputados nesta Casa. Não digo que as regras podem, mas que têm de ser alteradas. A Constituição está aqui para ser alterada, e a Emenda Constitucional que gerará as eleições diretas para Presidência da República já é clamor popular, já encontra guarida nos meios do Partido Democrático Social. Deputados e Senadores do Partido do Governo já se levantam também para acompanhar a Oposição brasileira no sentido de restituir à Nação o homem que haverá de governá-la pelo voto direto.

E assim canta as glórias o poeta, quando diz que "o rei nascerá de novo, que o rei nascerá do povo".

E esta é a meta que temos de perseguir agora, para que a grandeza da Nação ressurgja, para que possamos dizer que encontramos o melhor sentido e o melhor caminho democrático, que, na verdade, estamos na expectativa de conseguir.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilton Garcia.

O SR. DEPUTADO GILTON GARCIA (PDS — SE. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nesta sessão do Congresso Nacional, em nome do Partido Democrático Social, substituindo o Vice-Líder Joacil Pereira, quero externar o meu sentimento de tristeza pelo falecimento do ex-Senador Teotônio Vilela.

Sr. Presidente, desde cedo, acostumei-me a ver em Teotônio Vilela uma figura política que, em suas lutas, em tudo o que fazia, não só estampava o brilho de sua inteligência, mas sobretudo colocava o grande idealismo de que era portador. É como brasileiro — e mais do que isso, como nordestino — que venho a esta Tribuna do Congresso Nacional trazer minha palavra de solidariedade a tantos brasileiros quantos sofreram e testemunharam o sofrimento de Teotônio Vilela.

Sr. Presidente, se o Nordeste perdeu um grande batalhador pelas suas causas, o Brasil também sente, neste instante, uma lacuna muito grande, porquanto o ex-Senador Teotônio Vilela, acima das paixões partidárias, das facções políticas, sempre colocou seu ideal de procurar fazer com que o Brasil se reencontrasse com o seu destino democrático. Tanto assim que lutou, bravamente, e, atacado por invidiosa moléstia, não desmereceu por um momento sequer aquela força de vontade e aquela bravura que o caracterizaram durante toda a sua vida. E Teotônio Vilela saía a procura de suas platéias nos centros acadêmicos, nos sindicatos, onde quer que se reunissem pessoas interessadas pelo futuro do Brasil. Deu exemplo de dignidade e de bravura, lutando pelas suas idéias, pelas idéias democráticas do nosso Brasil.

Sr. Presidente, creio que a morte de Teotônio Vilela deixa uma grande lição para este Congresso — tanto para o Senado Federal como para a Câmara dos Deputados — e muito mais do que isso. A mensagem de Teotônio Vilela, foi uma lição maior para a própria Oposição brasileira, que não pode apegar-se somente nos ataques inconsequentes e nas palavras de condenação ao Governo. Creio que Teotônio Vilela, com sua mensagem, deixa uma grande lição para as oposições deste País, porque, ao lado da crítica construtiva, ele soube empreender um projeto denominado projeto "Emergência", onde trata das causas e aponta as soluções para os problemas do País.

Assim é que creio que as oposições brasileiras, principalmente, o PMDB, devem extrair da mensagem de Teotônio Vilela uma grande lição e fazer sobre o seu projeto "Emergência" um estudo acurado, para que todos juntos possamos encontrar as grandes soluções que os problemas do Brasil reclamam.

Portanto, Sr. Presidente, ao concluir, quero dizer à Casa que é com grande emoção que trago estas palavras ao Congresso Nacional, fazendo votos para que seja aprendida a lição do ex-Senador Teotônio Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero registrar nos Anais do Congresso Nacional uma carta enviada pelo Deputado, jornalista e companheiro de partido Sebastião Nery aos membros da Comissão Executiva do Diretório Regional do PDT no Rio de Janeiro, em que S. Ex.^a, com aquele estilo e aquela potencialidade jornalística que todos lhe reconhecemos, faz uma análise da situação do Rio de Janeiro, e que envolve nosso partido e nosso Governo. Em sua carta, o Deputado Sebastião Nery, de maneira superior, interpreta os fatos políticos que ali estão ocorrendo. Vale o registro desse seu pronunciamento como uma interpretação sociológica do que vem se passando no Estado do Rio de Janeiro. Por isso, solicito a V. Ex.^a que dê como lida essa carta do companheiro Sebastião Nery.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ FREJAT EM SEU DISCURSO:

Brasília, 29 de novembro de 1983.

Prezados companheiros da Comissão Executiva do Diretório Regional do PDT do Rio de Janeiro:

Venho comunicar-lhes que, nesta data, deixo a 1ª Vice-Presidência e a Presidência, em exercício, da Comissão Executiva de nosso partido no Estado.

O velho chinês Lao Tsé ensinou que "as palavras corretas nem sempre são agradáveis e as palavras agradáveis nem sempre são corretas".

Nós todos que fizemos, no País, anos e anos, a dura resistência democrática à ditadura e ao autoritarismo, e fomos a Portugal, em junho de 1979, para o "Encontro de Lisboa", tínhamos um objetivo co-

mum: criar no Brasil um grande partido socialista democrático.

Como passo básico para a estruturação e desenvolvimento do partido, lutamos todos, à custa de todos os sacrifícios, pela eleição do companheiro Leonel Brizola ao Governo do Rio de Janeiro. Na campanha, ao lado dele, com ele, assumimos, todos, pesados compromissos de cumprirmos um programa de Governo, uma prática política, métodos de ação, diferentes daqueles que haviam contaminado o Rio nas últimas administrações.

Agora, para espanto nosso, vemos o Governador firmar um pacto de Governo e partilhar a administração exatamente com o grupo que mais combatemos, ele e nós, na campanha. Claro que nenhum de nós é contra alianças políticas ou coalizões partidárias. Mas é inconcebível que, em vez de um entendimento partidário, faça-se uma partilha fisiológica do Governo precisamente com um pedaço do PMDB que significa tudo contra o que lutamos nas eleições de 15 de novembro. Nós, que convivemos com o partido, sabemos o que ele está pensando de tudo isso. Nossa sede se transformou em um patético e perplexo muro de lamentações.

O PMDB do Rio tem quadros e personalidades que honrariam qualquer Governo. Uma coalizão política com ele em nada comprometeria nosso partido. Pelo contrário, ajudaria na tarefa de administrar o Rio. E desde março eu defendo isso: uma aliança com o PT e o PMDB. Mas evidentemente não é este o caso do pequeno grupo com o qual o Governador se aliou.

Esta coalizão fisiológica significa uma agressão ao programa do partido, uma traição aos compromissos da campanha, uma total descaracterização do Governo Leonel Brizola no Rio de Janeiro e uma ameaça ao futuro do partido. Como iremos chegar, com esses cambalachos, às eleições gerais de 1986? Como iremos voltar ao povo?

Não deixarei o partido. Não pretendo deixar o Diretório Regional nem o Nacional. Mas minha presença na Executiva Regional torna-se insustentável.

Se o partido tivesse liberdade de ação diante do Governador, através de uma prática política realmente democrática, seria possível superar essas divergências dentro da Executiva. Infelizmente, o Governador, nosso líder maior, cada dia se comporta mais como tutor do partido, controlador e censor de todas as suas ações. No partido, como no Governo, seu centralismo exacerbado não deixa ninguém fazer nada. Para ele, quem diverge não diverge. Briga. Quem discute, tem opiniões, logo se torna mal visto, adversário, inimigo.

Ora, como discordo da decisão dele, não quero que minha presença na Executiva signifique um dobrar de desentendimentos e incompreensões. Fora do comando, continuarei lutando para que o programa socialista democrático do PDT não seja violado em acordos de emergência, na verdade firmados em função de uma campanha presidencial, cuja tática e estratégia o partido ainda não discutiu nem decidiu. Uma campanha presidencial tem que nascer e estruturar-se no partido. Não pode ser uma ação entre amigos.

Quando escolheu seu primeiro secretariado, o Governador disse ao partido que não o consultou porque não iria fazer de seu Governo um condomínio. Agora, ele faz um rateio doméstico com um grupo, com quem discute, negocia, a quem submete programas e métodos de Governo e cujas imposições de 4 secretarias ele aceita em número e nomes. Enquanto isso, nossos bravos companheiros de primeira hora, que construíram e asseguraram a vitória do PDT, estão inteiramente marginalizados, abandonados.

É doloroso constatar, mas é a verdade desagradável de que falava o sábio chinês. Para o Governador, o partido é, cada dia mais, uma legenda para disputar eleições em vez de um instrumento de organização, mobilização e libertação do povo brasileiro. Como vamos criar, em cima desta prática, destes métodos, um verdadeiro Partido Socialista?

Sinto muito, mas não tenho o direito de compactuar com isso. Não foi isso que assinamos em Lisboa. Não foi isso que pregamos na campanha e que nos deu a vitória. Não foi este o mandato que cento e onze mil eleitores me deram.

Fraternamente, **Sebastião Nery**.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 126, de 1983-CN (nº 348/83, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.061, de 19 de setembro de 1983, que dispõe sobre alienação de mercadorias sujeitas à pena de perdimento, em especial nos casos de calamidade pública, e dá outras providências.

— Dependendo de Parecer a ser proferido oralmente em Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilton Garcia, para proferir o parecer.

O SR. GILTON GARCIA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte parecer) — Sr. Presidente, como Relator da Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 126, de 1983 — CN (nº 348/83, na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.061, de 19 de setembro de 1983, que “dispõe sobre alienação de mercadorias sujeitas à pena de perdimento, em especial nos casos de calamidade pública, e dá outras providências”, passo a ler o meu parecer:

Nos termos do art. 55, item II, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminha à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.061, de 19 de setembro de 1983, o qual estabelece normas sobre alienação de mercadorias sujeitas à pena de perdimento, especialmente nos casos de calamidade pública.

As hipóteses de cominação da pena de perdimento acham-se previstas no art. 23 do Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, competindo ao Ministério da Fazenda a concessão de autorização para alienação ou destinação das mercadorias objeto da referida pena de perdimento.

Consoante disposições contidas no art. 30 daquele diploma, a alienação das mercadorias poderá ocorrer ainda sob a pendência de apreciação judicial e, tratando-se de bens de fácil deterioração ou semoventes, poderá ela efetuar-se antes, mesmo, da decisão final administrativa.

O instrumento legal em exame, de certa forma, repisa, normas já veiculadas no Decreto-lei nº 1.455, de 1976, supramencionado e autoriza a transferência do produto integral da venda das mercadorias apreendidas a Estados e Municípios atingidos por calamidade pública, reconhecida pelo Ministério do Interior, para atender às populações flageladas.

No caso de ser cabível a restituição ou devolução das mercadorias apreendidas e alienadas, em razão de decisão favorável ao interessado, cabe o respectivo ressarcimento, devidamente atualizado, com base na variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

O art. 4º do diploma em análise autoriza a inutilização ou destruição de bens ou mercadorias estrangeiras

apreendidos, quando assim o recomendarem os interesses da economia nacional.

Por derradeiro, a providência legal determina o depósito, até 31 de dezembro de 1984, do produto das alienações nela referidas, à conta do Fundo Especial para Calamidade Pública, FUNCAP, supervisionado pelo Ministério do Interior e criado pelo Decreto-lei nº 950, de 13 de outubro de 1969.

Evidencia-se que as medidas contidas no texto em exame visam a minorar a situação de milhares de brasileiros tão duramente atingidos pelos flagelos climáticos, justificando-se, assim, a sua inclusão no ordenamento jurídico, acrescendo-se, ainda, que a matéria ora disciplinada se acha prevista no item II do art. 55 da Lei Fundamental.

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do texto em questão, na forma do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 108, DE 1983-CN.

Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.061, de 19 de setembro de 1983, que “dispõe sobre alienação de mercadorias sujeitas à pena de perdimento, em especial nos casos de calamidade pública, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.061, de 19 de setembro de 1983, que “dispõe sobre alienação de mercadorias sujeitas à pena de perdimento, em especial nos casos de calamidade pública, e dá outras providências”.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — O parecer conclui pela apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 1983-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.061, de 1983.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Item 2:

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 127, de 1983-CN (nº 369/83, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.062, de 4 de outubro de 1983, que autoriza a dispensa de obrigações tributárias acessórias, consideradas desnecessárias ao interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos federais,

— dependendo de Parecer a ser proferido oralmente em Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilton Garcia, para proferir o parecer.

O SR. GILTON GARCIA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte parecer) — Sr. Presidente, sobre a Mensagem nº 127, de 1983, é o seguinte o nosso parecer:

“O Exmº Sr. Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 1º do artigo 55 da Constituição Federal, o texto do Decreto-lei nº 2.062, de 4 de outubro de 1983, que autoriza a dispensa de obrigações tributárias acessórias, consideradas desnecessárias ao interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos federais.

Vale destacar, inicialmente, a distinção que deve ser feita entre a obrigação tributária principal criada por lei e a obrigação acessória. A primeira objetiva o pagamento do tributo ou a pena pecuniária e a segunda abriga o interesse da arrecadação ou fiscalização dos impostos.

As obrigações acessórias espalham-se na legislação tributária, que incluem Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas Circulares e outros atos disciplinadores das obrigações fiscais. São estas exigências acessórias que o Poder executivo, em boa hora, procura reduzir.

Na forma do Decreto-lei sob exame, tais exigências poderão ser dispensadas mediante ato do Ministro da Fazenda.

A própria evolução do sistema de processamento de dados na Administração tributária da União Federal vem autorizar a simplificação em favor das duas partes — o Fisco e o Contribuinte.

Assim, será reduzido, consideravelmente, o fluxo de papéis e documentos, eliminando despesas e facilitando as relações Fisco-Contribuinte.

As diretrizes que hoje norteiam o Governo brasileiro indicam a permanente desburocratização e racionalização administrativas, como melhor caminho para se agilizar a Administração modernizando-a e facilitando a vida do cidadão nas suas relações com o Estado.

Busca o Decreto-lei sob exame simplificar e racionalizar a administração tributária da União, conferindo ao Ministro da Fazenda autorização para promover a dispensa de obrigações tributárias acessórias.

Trata-se de providência de amplo alcance que se insere na ação do Programa Nacional de Desburocratização, reduzindo custos hoje tidos como inúteis tanto para a Fazenda pública como para os contribuintes.

Justificou-se a edição da norma pela via do Decreto-lei, por ser matéria tributária de relevante interesse público com urgência em ser regulamentada, sem realizar aumento de despesas.

Ante as razões apresentadas, manifestamo-nos pela aprovação do Decreto-lei nº 2.062, de 4 de outubro de 1983, na forma do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO **Nº 109, de 1983-CN**

Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.062, de 4 de outubro de 1983, que "autoriza a dispensa de obrigações tributárias acessórias, consideradas desnecessárias ao interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos federais".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.062, de 4 de outubro de 1983, que "autoriza a dispensa de obrigações tributárias acessórias, consideradas desnecessárias ao interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos federais".

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — O parecer concluiu pela apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 1983-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.062, de 4 de outubro de 1983.

Completada a instrução da matéria, passa-se a discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 35 minutos, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 105/83-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.060, de 1983

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 32 minutos)

Ata da 394ª Sessão Conjunta, **em 29 de novembro de 1983**

1ª Sessão Legislativa Ordinária, **da 47ª Legislatura**

Presidência do Sr. Almir Pinto

ÀS 19 HORAS E 35 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Mário Maia — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Carlos Alberto — Dinarte Mariz — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS, Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB, Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Valdo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS, Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS, Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Pedro Novais — PMDB; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS, Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB, Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moisés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Arraia — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS, João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluísio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS, João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS, Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Afriso Vierra Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Franca Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemyr Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Dáso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denizar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Leopoldo Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Os-

valdo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adair Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glóia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoio — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Códó — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôu — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tider de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Arolde Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato

Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinda — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Facchin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Prati de Moraes — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clárek Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 56 Srs. Senadores e 467 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, podemos afirmar, sem qualquer receio de cometermos um exagero, que a população brasileira vive um clima de insegurança, descrédito nas autoridades, falta de confiança no futuro do País. Todos estamos apavorados com a maior inflação de que se tem notícia em toda a História nacional.

Usando um linguajar popular, podemos dizer que estamos num beco sem saída. O pior é que o próprio Governo vem alimentando a espiral inflacionária, majorando quase que mensalmente o preço de seus serviços.

Tememos, ao abrir o jornal do dia, com a notícia de que aumentou o preço da assinatura do telefone, da gasolina, do porte postal, da luz e de qualquer outro bem ou serviço fornecido ou controlado pelo Governo.

Na realidade, o Governo é, hoje, o maior agente inflacionário que atormenta o País. E nada podemos contra essa hidra de mil cabeças, que está minando a economia brasileira e, conseqüentemente, alimentando uma possível e gravíssima convulsão social.

Ainda agora, Sr. Presidente Srs. Congressistas, acabo de receber, da Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias Ltda., assinado por seu ilustre Presidente,

Engº Roberto Felipe Cantúcio, um documento de suma gravidade.

Trata-se de um veemente protesto, subscrito pela Associação dos Exportadores Brasileiros, contra a anunciada elevação dos fretes marítimos de exportação. Transcrevo o documento:

“A Associação de Exportadores Brasileiros está seriamente preocupada com a possibilidade de aprovação pela SUNAMAM, de aumentos gerais de fretes de exportação das conferências de frete e dos acordos bilaterais de transportes marítimos, em hora de crise nacional, em que as exportações desempenham papel relevante para a recuperação da economia brasileira, cabendo ressaltar a V. Exª que os nossos principais mercados são servidos por conferências de frete (CIAF e BEB) com o monopólio de tráfego para as empresas conferenciadas, únicas no comércio marítimo mundial”.

O telex reproduzido foi remetido pelo Sr. Humberto da Costa Pinto Júnior, presidente da Associação de Exportadores Brasileiros, ao Ministro da Fazenda e Presidente do CONCEX, ao Ministro Delfim Netto, e ao Ministro dos Transportes.

Trata-se de um protesto dos mais justos, que merecerá, por certo, o incondicional apoio desta Casa.

Não é possível que o Governo continue insensível às aflições de nosso povo, adotando medidas profundamente antipáticas e danosas ao País. Não existirá neste Governo alguém com razoável inteligência para dizer aos colegas que o aumento geral dos fretes marítimos acarretará uma imediata elevação do preço dos demais produtos? Não haverá neste Governo alguém capaz de pôr um fim ao poder discricionário do Sr. Delfim?

Oferecemos aos exportadores brasileiros nossa palavra de apoio nessa luta, que é a luta de todos aqueles que se preocupam com os destinos de nossa esquecida, espezinhada e soltrida terra.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Tem a palavra o Sr. Deputado Márcio Braga.

O SR. MÁRCIO BRAGA (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, dois dos mais importantes projetos que deram entrada nesta Casa aguardam sua vez de entrar na Ordem do Dia. Projetos da maior importância para a volta à normalidade democrática de nosso País, há quase vinte anos mergulhado nas trevas do autoritarismo, onde não existe lugar para a manifestação da vontade popular. Trata-se das emendas apresentadas pelo Senador Mauro Benevides e pelo Deputado Armando Pinheiro, restabelecendo as eleições diretas para Prefeitos das Capitais e dos Municípios considerados áreas de interesse da Segurança Nacional.

Fala-se muito, no Brasil, e comete-se uma série de desatinos em nome de uma pretensa segurança nacional, que nada mais visa senão a impedir o povo brasileiro de participar e atuar efetivamente nas soluções da crise gerada em gabinetes de tecnocratas, como se ao povo não coubesse a tarefa de zelar pelos interesses da Nação.

Esquecem, os que se arvoram em donos do poder, ou — o que é mais grave — temem reconhecer que quando o povo elege seus governantes a coisa é bastante diferente, uma vez que há o compromisso do candidato com os objetivos nacionais, estaduais e municipais. Há a sua vinculação com as causas populares, porque o postulante a qualquer cargo administrativo tem que anunciar o seu compromisso político e dizer o que pensa sobre os rumos a serem seguidos. E o julgamento do eleitorado é implacável, e as últimas eleições provaram isso.

Não se pode conceber que as Capitais, onde se localizam, na sua totalidade, os centros de irradiação política, social e econômica dos Estados, cujos governadores foram escolhidos pelo voto da população, sejam administradas por homens indicados muitas vezes por interesses de grupos divorciados das realidades municipais, sem outros objetivos que não conquistas pessoais. Não se pode conceber que os centros nervosos dos Estados, o bem-estar de suas populações, sejam entregues às mãos incompetentes ou despreparadas que não poderão jamais contar com o respaldo dos cidadãos para quaisquer medidas que se façam necessárias, porque o povo brasileiro já mostrou que sabe o que quer e está exigindo o cumprimento de seu legítimo direito de participar.

Os brasileiros ficaram quase 18 anos sem poder eleger os seus governadores. Mas em 15 de novembro último correram às urnas para escolher seus representantes, aos quais fiscalizam todos os atos, cobrando-lhes ações e posturas, todos os dias, certos de que se as promessas não forem cumpridas, se as administrações incorrerem em erros, se seus interesses não forem defendidos a contento, se a sua participação não for respeitada, terão a oportunidade de dar, novamente nas urnas, a sua resposta. É assim que se faz numa democracia sem adjetivos.

E quanto aos Municípios considerados áreas de segurança nacional, Sr. Presidente?

Como se pode aceitar a indicação de nomes urdidos em gabinetes fechados, onde só têm acesso aquelas pessoas acostumadas com o casuismo, com os malabarismos matemáticos que transformam a maioria em minoria, e vice-versa? Como se pode aceitar a mera mudança burocrática de Prefeitos, como se fossem estes simples chefes de seção de repartição pública? Como se pode aceitar que a existência de um porto, de uma usina, de uma siderúrgica justifiquem o alijamento do dever de todo cidadão zelar pela segurança nacional, pela sua própria segurança?

O povo brasileiro sabe — a despeito das opiniões de alguns encastelados no poder — e quer votar. Quer escolher seus governantes entre nomes comprometidos com suas aspirações; em nomes competentes e preparados para administrar seus Municípios e encontrar as soluções exigidas com a rapidez e a eficácia de quem conta com o respaldo popular.

No meu Estado, Sr. Presidente, os cidadãos de quatro Municípios estão impedidos de eleger seus governantes. Na Capital e nos Municípios de Angra dos Reis, Volta Redonda e Caxias os fluminenses se vêem às voltas com governantes estranhos ao meio e às suas peculiaridades, que vêm praticando, ano após ano, administração após administração, uma série de arbitrariedades e incompetências, sempre em nome da segurança nacional.

O meu partido, Sr. Presidente, prega eleição diretas em todos os níveis. Por isso queremos a aprovação das Emendas Mauro Benevides e Armando Pinheiro, porque o PMDB sabe escutar os reclamos da população, cansada de ser representada por falsos arautos de falsos milagres, que levaram o Brasil a percorrer o mundo de chapéu na mão e obrigaram o trabalhador a pagar por erros nos quais não teve a menor responsabilidade nem sequer foi chamado a opinar.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Não há mais oradores para o período de breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas, neste plenário, com a seguinte Ordem do Dia:

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1982, que estabelece a eleição direta para Prefeito e Vice-Prefeito das capitais dos Estados; e

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1983, que altera a redação do artigo 15 da Constituição Federal.

O Sr. Hélio Manhães — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Tem a palavra V. Exª.

O Sr. Hélio Manhães (PMDB — ES. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, sendo visível a falta de **quorum** no plenário, requiero a V. Exª que suspenda os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — É regimental o que V. Exª propõe.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 45 minutos)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF
CEP 70 160

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Projeto de Lei nº 1.655, de 1983

Quadro comparativo do Projeto em tramitação no Congresso Nacional, com o Projeto de Código de Processo Penal remetido ao Legislativo em 1975 e as emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal à proposição retirada pelo Poder Executivo, em 1978.
Exposição de Motivos. Notas.

2 Volumes

Preço:

Cr\$ 2.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar) — Brasília DF — 70160, ou mediante cheque visado pagável em Brasília.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00